

An aerial photograph of a coastal town, Jardim Saveiro, built on a hillside overlooking a large bay. The town is densely packed with small, simple houses, many with corrugated metal roofs. The bay is filled with water, and several small boats are visible. In the background, there are large, forested islands or mountains. The text 'MARIA CECÍLIA SCHMITZ' is centered at the top of the image.

MARIA CECÍLIA SCHMITZ

CONJUNTO HABITACIONAL

JARDIM SAVEIRO

Capa: Figura 0.1: Bairro Jardim Saveiro.



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
MARIA CECÍLIA SCHMITZ

CONJUNTO HABITACIONAL
JARDIM SAVEIRO

FLORIANÓPOLIS
2019

MARIA CECÍLIA SCHMITZ

CONJUNTO HABITACIONAL
JARDIM SAVEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do Grau de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Cristiano Fontes de Oliveira

FLORIANÓPOLIS
2019

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento bom de reconhecimento das pessoas maravilhosas que contribuem para a nossa vida. Portanto, gostaria de agradecer a todos que estiveram sempre em meu caminho contribuindo para a minha formação.

Primeiramente agradeço a Deus, que esteve sempre presente em minha vida me guiando pelos melhores caminhos. Agradeço aos meus colegas de curso, pelas risadas, momentos incríveis, e por contribuírem de alguma forma na minha evolução ao longo de cinco anos e meio de curso. Em especial a Ana Paula, Ayesa, Bárbara, Juliana, Larissa e Sophia.

Aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado me apoiando, principalmente minha mãe, que sempre que possível me ajudou e me deu forças para seguir em frente.

Agradeço ao meu namorado, Roger Marcelino Kretzer, por toda a paciência, compreensão que teve comigo durante toda a trajetória da faculdade e em especial neste semestre de realização do TCC I. Ele, assim como meus pais, sempre acreditaram em mim, me deram força e ajudaram no que eram de seu alcance.

Agradeço a todos os professores, pela imensa dedicação para conosco e pelos anos de ensinamento que carregarei para toda a vida. Ao meu orientador Cristiano Fontes de Oliveira por todo suporte e paciência na construção desse trabalho, por acreditar nas minhas ideias e me ajudar a concretizá-las.

Por último, mais não menos importante, aos meus sogros, amigos e familiares por todo apoio e preocupação durante esses anos.

A todos os meus sinceros agradecimentos!

“A habitação social requer qualidade e não caridade.” Alejandro Aravena

RESUMO

Esse trabalho prevê o projeto de um conjunto habitacional com diretrizes urbanas para o bairro Jardim Saveliro, em Biguaçu, trazendo aos moradores, uma melhor qualidade de vida, bem como áreas de lazer, convívio e equipamentos públicos. Este projeto não só supriria a carência de equipamentos no bairro, como traria empregos e consciência ambiental a população.

Foram estudados referenciais projetuais de algumas habitações sociais, com o intuito de aprimorar as tipologias e as soluções projetuais adotadas no partido arquitetônico. Também foi realizada uma análise da área de intervenção a fim de entender as condicionantes legais, ambientais, econômicas e sociais que regem o bairro. Para isso foram elaborados mapas de legislação, mobilidade urbana, uso e ocupação do solo, cheios e vazios, morfologia urbana e aspectos ambientais. Enfim, a forma do partido arquitetônico consiste na síntese de todos os itens estudados.

Palavras-chave: Habitação social. Conjunto habitacional. Moradia. Arquitetura e urbanismo. Biguaçu.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I APRESENTAÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO.....	14
1.2 OBJETIVOS.....	16
1.2.1 Objetivo geral.....	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 METODOLOGIA.....	17

CAPÍTULO II FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PROCESSO HISTÓRICO DA HABITAÇÃO SOCIAL.....	20
2.2 URBANIZAÇÃO NA ATUALIDADE.....	29

CAPÍTULO III REFERÊNCIAS PROJETUAIS

3.1 BOX HOUSE.....	34
3.2 CONCURSO PROJETO DE ARQUITETURA PARA HIS...36	36
3.3 CONCURSO HABITAÇÃO PARA TODOS - SOBRADO.38	38
3.4 QUADRO SINTESE DOS REFERENCIAIS.....	40

CAPÍTULO IV ANÁLISE DA ÁREA

4.1 LOCALIZAÇÃO.....	44
4.2 PROCESSO HISTÓRICO.....	45
4.3 ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	47
4.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	49
4.5 PLANO DIRETOR.....	50
4.6 MORFOLOGIA URBANA.....	52
4.7 CHEIOS E VAZIOS.....	54
4.8 MOBILIDADE URBANA.....	56
4.9 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	58
4.10 ASPECTOS AMBIENTAIS.....	60
4.11 SÍNTESE LEGISLATIVA.....	65
4.12 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO.....	67

CAPÍTULO V
PARTIDO GERAL

5.1 DIRETRIZES GERAIS.....	71
5.2 PARTIDO.....	73

CAPÍTULO VI
CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
6.2 REFERÊNCIAS.....	90
6.3 LISTA DE FIGURAS.....	91





CAPÍTULO I

APRESENTAÇÃO

Este capítulo trata das etapas de desenvolvimento da pesquisa. São eles: introdução, objetivo geral, objetivos específicos e metodologia. Esses pontos explicam a organização do trabalho e servem para compreender resumidamente o contexto da temática.

Figura 1.1: Relação do bairro Saveiro com o mar.

1.1 INTRODUÇÃO

O processo de ocupação urbana, é decorrente da necessidade de expansão das cidades e em grande parte das cidades brasileiras. A ausência do planejamento habitacional levou ao desmatamento e a ocupação irregular de encostas e áreas alagadiças.

Com a finalidade de contribuir para a reformulação de nossas cidades, tendo em vista o cenário atual, este estudo consiste em desenvolver uma proposta de intervenção arquitetônica e urbanística no bairro Saveiro.

A proposta visa compatibilizar as necessidades dos moradores e da cidade, oferecendo moradias de qualidade e com segurança, aliados a espaços públicos, associando funções sociais, econômicas e ambientais. Além disso, os referenciais possuem uma grande importância na concepção das diretrizes e do anteprojeto do conjunto habitacional de habitações sociais.

A escolha do terreno foi devido a carência de habitações adequadas na comunidade, assim como a falta de equipamentos públicos e de espaços de estar e lazer. Hoje, o bairro Saveiro é uma das comunidades mais carentes de Biguaçu.

É nítido perceber que a população do local não possui acesso a recursos urbanos indispensáveis para garantir sua dignidade. Os moradores se deslocam por grandes distâncias para terem acesso a áreas de lazer. Também não são encontradas escolas públicas no bair-

ro, assim as crianças tem que se deslocar até os bairros vizinhos para poder ter um acesso adequado à educação.

O terreno escolhido para intervenção localiza-se no bairro Saveiro em Biguaçu. O bairro está localizado às margens da BR-101, e é formado por casas de baixo a médio padrão. Uma grande potencialidade da área é o seu terreno, pois sua topografia não é muito acentuada, o que permite a criação de áreas de lazer e espaços de permanência. A escolha de um conjunto de habitações foi devido à falta de estrutura adequada tanto em moradias quando em espaços de lazer no bairro. O terreno se encontra em área de ZEIS, sendo possível a implantação do projeto.

O projeto será desenvolvido de forma que as moradias sejam diferenciadas, com espaços de convivência, lazer e permanência, para que os moradores sintam-se mais integrados com a comunidade. Também contará com a revitalização da orla junto ao terreno, favorecendo experiências de convívio social e enriquecendo o contato com a natureza.

Entre os principais fatores a serem tratados, podem-se destacar habitações diversificadas, infraestrutura adequada, geração de empregos, espaços públicos qualificados e convívio social.



Praia João Rosa

Jardim Saveiro

Rio Caveiras

Jardim Janaina

Morro da Bina



Figura 1.2: Mapa do Brasil.



Figura 1.3: Mapa de Santa Catarina.



Figura 1.4: Mapa da Grande Florianópolis.

Figura 1.5: Área de intervenção, município de Biguaçu, bairro Saveiro.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Desenvolver um projeto de arquitetura de um conjunto habitacional para pessoas de baixa renda, bem como diretrizes urbanas para a urbanização do bairro Saveiro em Biguaçu.

1.2.2 Objetivos específicos

Apresentar o processo histórico e a evolução dos conjuntos habitacionais no Brasil; a importância da relação entre a arquitetura e a moradia social;

Analisar referências projetuais voltadas à habitação social, como urbanização de favelas e tipologias habitacionais;

Analisar a área de intervenção para compreensão de seus potenciais e seu entorno imediato (bairro do Saveiro), verificar suas carências e a necessidade de implementação de um conjunto habitacional no bairro;

Realizar o diagnóstico como busca de dados da área, zoneamento, sistema viário, morfologia urbana, legislação entre outros como forma de análise do terreno e para futuras decisões projetuais;

Desenvolver as diretrizes para o bairro e seu entorno imediato;

Desenvolver com base nos estudos teóricos o partido arquitetônico de um conjunto habitacional;

Desenvolver o anteprojeto no Trabalho de Conclusão de Curso II.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia a ser seguida para a construção deste trabalho consiste nas realizações das seguintes etapas:

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pesquisa bibliográfica em livros, monografias e sites, que permitam o entendimento sobre o processo histórico da habitação social.

REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Pesquisas de referências arquitetônicas similares com temas sociais, através de livros, artigos, monografias e sites, observando as soluções empregadas assim como a compreensão das tipologias, sistema construtivo, estética e estratégias espaciais.

ANÁLISE DA ÁREA

Realizar pesquisa histórica sobre a cidade e o bairro de implementação. Fazer visitas de campo ao terreno escolhido, com registros fotográficos para análise da área e seu entorno, como forma de entender sua topografia, potencialidade e seu entorno para implementação do projeto;

PARTIDO GERAL

Desenvolvimento do programa de necessidades e diretrizes para o entorno, definição da implantação, zoneamento e fluxos, através de esquemas gráficos e pré-dimensionamento dos ambientes, assim como cortes, fachadas, volumetrias e demais elementos necessários para entendimento da proposta.





CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresentará uma reflexão histórica do surgimento da habitação social no Brasil e a urbanização de favelas. Em relação ao Brasil serão abordadas as políticas habitacionais implantadas, além da urbanização de favelas.

Figura 2.1: Primeira favela do Brasil, Morro da Providência.

2.1 PROCESSO HISTÓRICO DA HIS

A urbanização brasileira cresceu de maneira mais intensa a partir do século XVIII, amadurece no século XIX, e atinge seus traços atuais apenas no século XX (SANTOS, 2009, apud RUBIN; BOLFE, 2014,).

Entre o fim do período colonial até o final do século XIX, o índice de urbanização se alterou pouco no Brasil, desenvolveu 3% entre os anos de 1890 e 1920 e nos períodos entre 1920 e 1940 o Brasil teve sua taxa de urbanização triplicada, chegando a 31,24% (SANTOS, 2009, apud RUBIN; BOLFE, 2014). Isso ocorreu devido à maior oferta de emprego gerada pela industrialização, além da existência de melhores condições de renda e de vida assim como a substituição de mão-de-obra escrava pelo trabalho livre.

Dentro desse contexto houve a imigração que expandiu a população, o fim da escravidão em 1888 onde teve a proclamação da república em 1889, houve também a modernização das cidades e como consequência a falta de habitação onde por efeito se deu a segregação social e espacial.

A construção de habitações operárias baratas e salubres no ano de 1901 no estado de São Paulo onde viviam aproximadamente 50 mil operários eram realizadas pelas indústrias, empresas de mineração e companhias ferroviárias (RUBIN; BOLFE, 2014).



Figura 2.2: Vila operária Maria Zélia em 1917.

O processo de formação da periferia pela classe de baixa renda, no Rio de Janeiro, se iniciou no final século XIX. As cidades Brasileiras se urbanizavam de intensidades e maneiras diferentes em cada cidade (RUBIN; BOLFE, 2014).

Sabendo que as epidemias se originavam nos aglomerados urbanos, a alta sociedade passou a ter interesse em qualificar a saúde e bem-estar da população trabalhadora, sendo assim, as moradias foram sendo melhoradas em questões de higiene e economia (RUBIN; BOLFE, 2014).

Segundo Villaça (1986 apud RUBIN; BOLFE, 2014),

Para a classe dominante, evidentemente, era mais fácil conviver com as vilas operárias do que com os cortiços. A única restrição feita pela legislação era que as vilas não fossem construídas em locais nobres ou potencialmente nobres. As intenções segregacionistas que visavam mantê-las afastadas dos locais de interesse da burguesia ficam claras, por exemplo, no Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894. Apesar das vilas serem consideradas, na época modelos de “habitação higiênica”, esse Código determinava que elas “...seriam estabelecidas fora da aglomeração urbana”. A Lei Municipal nº 413 de 1901 isentava de impostos as vilas operárias construídas “...fora do perímetro central” (VILLAÇA, 1986, p. 17).

Em 1889, houve a expulsão das classes pobres das áreas mais nobres das cidades, com a alegação de controle sanitário por parte dos médicos-higienistas. Desse modo empresas privadas investiram no fornecimento de habitações, contudo não se destinavam a população de baixa renda (RUBIN; BOLFE, 2014).

Entre os anos de 1889 à 1930 a política urbana visava o embelezamento das cidades na intenção de atrair investimentos estrangeiros na industrialização brasileira, nessa mesma época as residências foram expulsas dos centros pois o mesmo passou a

abrigar o comércio e serviços. Assim houve uma valorização nos terrenos próximos ao centro, onde apenas a alta sociedade tinha poder de compra. Por consequência os mais pobres começaram a ocupar terrenos vazios encontrados nos subúrbios e encostas de morros (RUBIN; BOLFE, 2014).

Um dos primeiros exemplos de moradia moderna para trabalhadores no país, foi o conjunto de operários da Gamboa, no Rio de Janeiro, projetada em 1932 pelos arquitetos Gregori Warchavchik e Lúcio Costa (RUBIN; BOLFE, 2014).



Figura 2.3: Vila operária da Gamboa.

Em 1930, houve uma migração da população inicialmente rural para as cidades e a parte interna do Brasil. Nessa época a casa de aluguel era a principal moradia. A produção habitacional ainda estava ligada a

iniciativas privadas. Só houve uma mudança a partir da era Vargas entre os anos de 1930 á 1945 onde o estado começou a ter participação no setor habitacional. Onde se entendia que empresas de iniciativa privada não eram capazes de solucionar os problemas de habitação, sendo assim uma intervenção do estado era essencial. Assim a ideia era que o estado teria que garantir condições dignas de moradia e para isso se via a necessidade de investir em recursos públicos e fundos sociais (RUBIN; BOLFE, 2014).

Dessa forma a questão habitacional teve papel fundamental nas realizações do novo governo e passou a ser símbolo da valorização do trabalhador e afirmação de que o auxílio aos brasileiros obtinha resultados. O governo tinha como objetivo viabilizar a casa própria para os moradores de baixa renda, porém essas habitações se encontravam nas periferias. Sendo assim a população de baixa renda era inserida diretamente nas periferias, devido a uma condição histórica e não de acordo com as reais necessidades dessa população (RUBIN; BOLFE, 2014).

IAPS (INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO)

Os IAPS foram as primeiras instituições públicas que investiram na questão habitacional, porém sua finalidade era proporcionar benefícios aos seus associados. Os institutos foram importantes para o processo de verticalização e especulação imobiliária. Onde os investimentos aparecem como instrumentos de capitalização desprovidas de interesse social (RUBIN; BOLFE, 2014).

Um exemplo foi o Edifício Japurá no estado de São Paulo, do ano de 1940 do arquiteto Eduardo Knesse de Mello, onde foram aplicados os princípios da “unité d’habitation” de Le Corbusier. O edifício se destaca por ser uma proposta pioneira moderna de ocupação vertical, no campo do processo de modernização da cidade e do país (RUBIN; BOLFE, 2014).



Figura 2.4: Edifício Japurá.

Os princípios de “*unité d’habitation*” sugeriram em 1940, onde foi pensado um novo sistema de alojamento. A ideia era construir edifícios com cerca de 400 habitações contendo todos os serviços necessários para os moradores.

No final do Estado Novo, o país encontrava-se em uma política habitacional forte, onde o interesse não era os econômicos ou corporativos como o IAPS. (BONDUKI, 2004, apud RUBIN; BOLFE, 2014).

FCP (FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR)

A FCP foi o primeiro órgão federal no Brasil, criado em 1946, que teve como objetivo centralizar a política habitacional do país, assim, o estado e os trabalhadores passaram a custear as moradias.

Para Villaça (1986 apud RUBIN; BOLFE, 2014),

A Fundação da Casa Popular foi o primeiro órgão em escala nacional criado com a finalidade de oferecer habitação popular ao povo em geral. Propunha-se a financiar não apenas casas, mas também infraestrutura urbana, produção de materiais de construção, estudos e pesquisas etc. Tais finalidades parecem indicar que houve avanços na compreensão de que o problema da habitação não se limita ao edifício casa, mas que houve pouco progresso na compreen-

são da faceta econômica e financeira da questão (VILLAÇA, 1986, p.25).

O projeto da FCP não deu certo pois a fundação contava com poucos recursos orçamentários e os grupos que seriam mais beneficiados estavam desorganizados e desinteressados em participar na formulação de uma política social (RUBIN; BOLFE, 2014).

Para Valladares (1983 apud RUBIN; BOLFE, 2014) a crise se resumia na diminuição de investimentos do setor, o que resultava no aumento da carência habitacional.

Segundo dados do IBGE, em 1950 a população cresceu o que agravou ainda mais os problemas da habitação, principalmente para a população mais carente (RUBIN; BOLFE, 2014).

Neste contexto se iniciaram os projetos e a construção dos grandes conjuntos habitacionais, sendo eles com unidades coletivas, produzidas em série e seguindo os padrões da arquitetura moderna, com equipamentos públicos e serviços próximos aos conjuntos. A partir do ano de 1960, começou-se a utilizar o sistema de pré-fabricação (RUBIN; BOLFE, 2014).

Segundo Santos (2009 apud RUBIN; BOLFE, 2014) o golpe de estado foi um marco, pois a economia se desenvolveu, tanto para manter o mercado consumidor em expansão quanto para responder a demanda

exterior.

Segundo Chaffun (1997 apud RUBIN; BOLFE, 2014),

Em 1963, o Seminário de Habitação e Reforma Urbana promovida pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, um marco histórico para a evolução do pensamento sobre a questão urbana brasileira, recomenda uma mudança radical na política urbana e habitacional do país. Aproveitando as propostas então formuladas, o Governo Castelo Branco, primeiro governo de revolução militar de 1964, criou o Banco Nacional de Habitação – BNH, o Serviço Federal de

Habitação e Urbanismo – Serfha e o Sistema Financeiro de Habitação – SFH. (CHAFFUN, 1997, p. 26).

Um dos exemplos mais populares de investimento desse setor é o conjunto residencial Pedregulho, localizado no bairro São Cristóvão, no Rio de Janeiro, projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy, o mesmo foi construído para abrigar funcionários públicos (RUBIN; BOLFE, 2014).

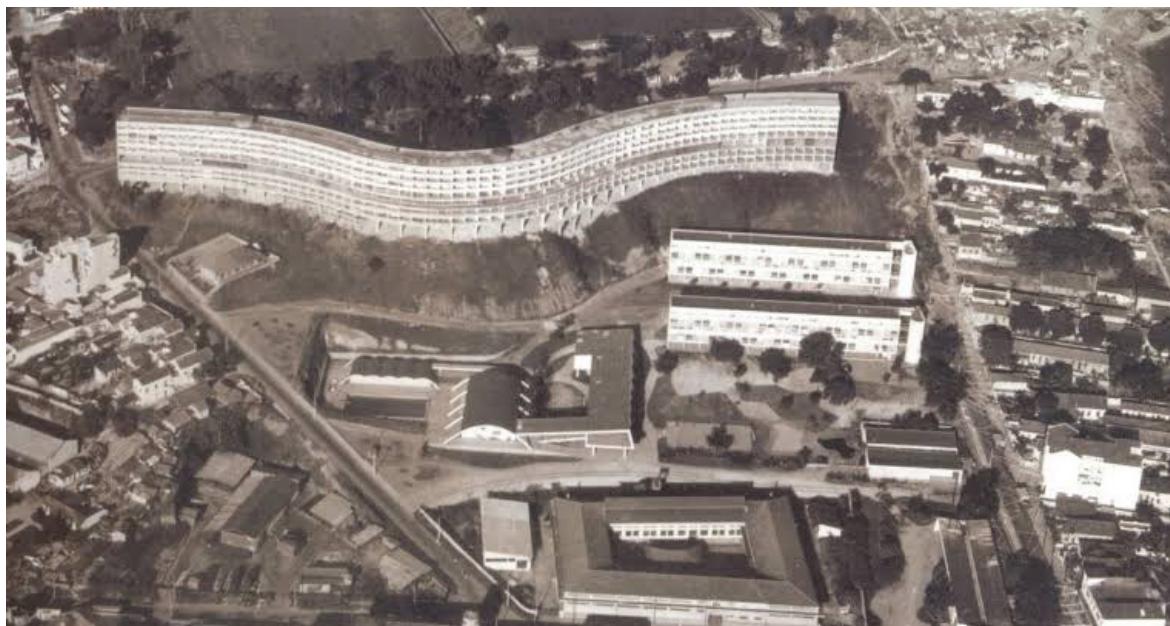


Figura 2.5: Edifício Pedregulho.

BNH (BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO)

A criação do BNH ocorreu cinco meses após o golpe de 64. Após 1965, ocorreu um grande crescimento demográfico e a modernização de alguns setores produtivos o que acarretou em um aumento da mudança migratória. Isso também ocorreu devido as melhorias de infraestrutura principalmente nos setores de transporte e comunicação. Nesse processo houve uma significativa redução da população rural (RUBIN; BOLFE, 2014).

Entre 1960 e 1980, as características predominantes da produção habitacional, era a busca para a produção em série e em grande escala, buscando a solução para o problema habitacional (BONDUKI, 2004, apud RUBIN; BOLFE, 2014).

Foram priorizados a construção de casas para vendas, o que estimulou a construção civil e amenizou o desemprego. Sendo assim para Bonduki (2008 apud RUBIN; BOLFE, 2014), o BNH foi a resposta do governo militar para a forte crise habitacional presente no país que se urbanizava aceleradamente.

Para Botega (2007 apud RUBIN; BOLFE, 2014), o BNH não conseguiu acabar com o problema de déficit habitacional. Durante sua vigência o BNH financiou 4,8 milhões de habitações, em torno de 25% das

moradias construídas entre os anos de 1964 e 1986. As habitações se destinaram a todas as faixas de rendas, porém apenas 20% dos financiamentos foram para a população de baixa renda. Também houve o financiamento de infraestruturas urbanas e equipamentos sociais voltados aos empreendimentos habitacionais (RUBIN; BOLFE, 2014).

O Cecap (Caixa Estadual de Casas para o Povo), criada em 1949 para desenvolver programas habitacionais no estado de São Paulo, decidiu implantar um grande conjunto habitacional, financiada com recursos do BNH, foi o Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, localizado no município de Guarulhos, São Paulo. Criado em 1967, para funcionar como modelo de política estadual e planejado para uma população de 55 mil habitantes em 10 hectares, foi projetado pelos arquitetos João Batista Vilanova Artigas, Fábio Penteadado e Paulo Mendes da Rocha e foi utilizado elementos pré-fabricados de concreto (RUBIN; BOLFE, 2014).

A maior crítica ao BNH, foi o fato de ela não atender a população de menor poder aquisitivo, a indefinição de uma política nacional de habitação, a contínua transferência de responsabilidades administrativas com respeito a questão habitacional, foi criticado a repetição dos modelos arquitetônicos e a ocupação do espaço urbano. Também cabe destacar que o BNH gerou o período

de maior aumento da favelização e periferização das populações mais pobres, onde até hoje não se conseguiu resolver os problemas gerados por ele.

Na década de 80 se iniciou um novo período para as políticas urbanas e habitacionais, pois a extinção do BNH agravou os problemas existentes e as questões urbanas e habitacionais começaram a depender de instituições que não as tinham como objetivos principais. Os encargos e funções do BNH foram transferidos para a Caixa Econômica

Federal no ano de 1986 (RUBIN; BOLFE, 2014).

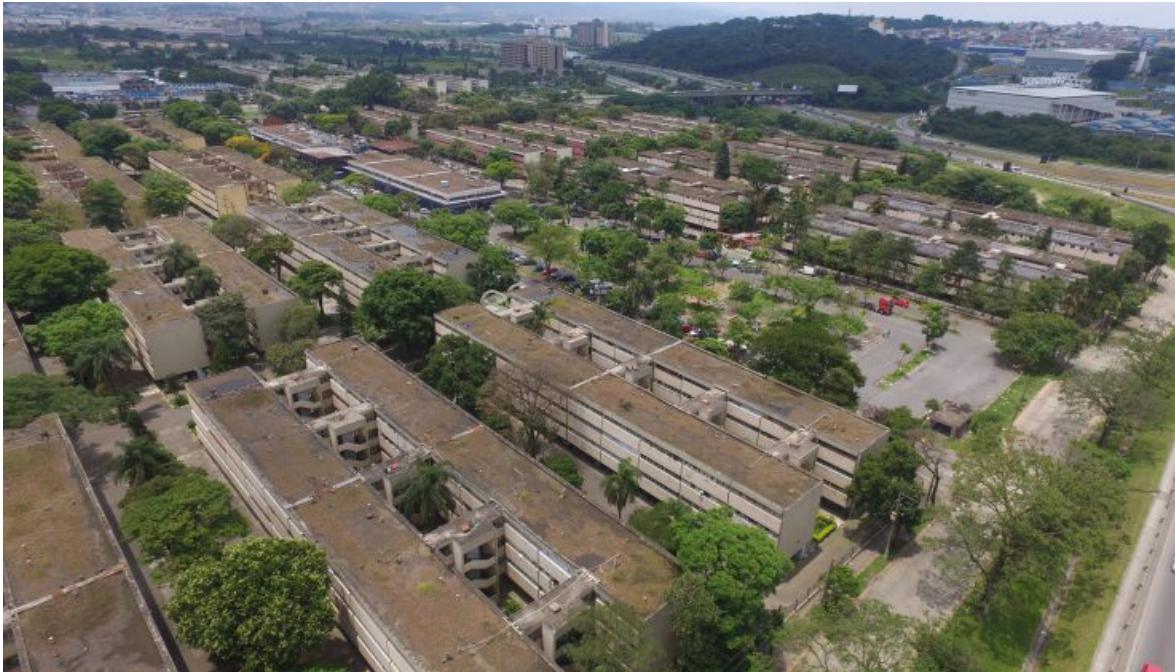


Figura 2.6: Conjunto habitacional Zezinho Magalhães.

PÓS-BNH E PMCMV (PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA)

Em 1988 a Constituição Federal tornou obrigatório o Plano Diretor para os municípios com mais de 20 mil habitantes, assim os mesmos ficaram responsáveis pela questão da moradia social, porém muitos deles não tinham recursos suficientes para resolver o problema de moradias (RUBIN; BOLFE, 2014).

Após a extinção do BNH, o Brasil se encontrava com os números de inadimplência altos e o déficit habitacional não tinha sido solucionado (RUBIN; BOLFE, 2014).

Em 2009 foi criado o programa Minha Casa Minha Vida, que tinha como objetivo construir um milhão de moradias, na intenção de promover o crescimento econômico do país. O programa recebeu muitas críticas pela forma de operação e por estar fora do sistema/fundo nacional de habitação de interesse social (SNHIS/FNHIS), que promove o controle e participação social (VALENÇA; BONATES, 2010, apud RUBIN; BOLFE, 2014).

De acordo com a Caixa (2014, apud RUBIN; BOLFE, 2014),

Em geral, o Programa acontece em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. Na

primeira fase foram contratadas mais de 1 milhão de moradias. Após esse sucesso, o Programa Minha Casa Minha Vida pretende construir na segunda fase, 2 milhões de casas e apartamentos até 2014 (SINTRACOM, 2014).

Em 2011, foi lançado o Minha Casa Minha Vida 2, o programa continuou atuando e tinha como objetivo atingir a meta de dois milhões de casas e apartamento até 2014. O objetivo do programa era “subsidiar a aquisição da casa própria para famílias com renda até R\$ 1.600,00 e facilitar as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda de até R\$ 5 mil”. As famílias interessadas não podiam possuir casa própria ou financiamento, e nem ter recebido benefícios de governos anteriores (RUBIN; BOLFE, 2014).

A superfície urbana é ocupada de forma irregular, onde a especulação imobiliária tem mais relevância em relação a função social do solo urbanos na cidade (RUBIN; BOLFE, 2014).

De acordo com Chaffun (1997, apud RUBIN; BOLFE, 2014),

A descontinuidade das ações do governo, a redução dos investimentos habitacionais, a fragilidade ou ausência das políticas urbanas, fundiária e habitacional e a postergação do processo le-

gislativo necessário ao aprimoramento dos instrumentos de intervenção urbana têm contribuído para a manutenção de um quadro urbano marcado por conflitos entre modernização, exclusão e desigualdade (CHAFFUN, 1997, p.23)

Sendo assim não houve tentativas eficazes para a solução do problema urbano, já que todas foram tratadas como estratégias políticas pelos governantes (RUBIN; BOLFE, 2014).

Esse descaso é confirmado por Maricato (1997, apud RUBIN; BOLFE, 2014),

De um lado estão os Planos Diretores, cuja eficácia se restringe às áreas do mercado imobiliário privado. Alguns urbanistas já admitem que a detalhada legislação de zoneamento contribua decisivamente para a carência habitacional e para a segregação urbana, na medida em que alimentou a relação de monopólio do capital imobiliário sobre localizações valorizadas. A convivência da regularização detalhista com vastas regiões ocupadas ilegalmente por favelas, loteamentos irregulares e cortiços, numa mesma cidade, como acontece em todas as capitais brasileiras, não é fruto do acaso. Por outro lado, os investimentos públicos obedecem à lógica secular dos interesses privados. Foi assim com o Banco Nacional da Habitação, entre 1964 e 1986. É assim com a grande maioria dos orçamentos mu-

nicipais que priorizam, há décadas, o sistema viário destinado à circulação do automóvel (MARICATO, 1997, p. 39).

Deste modo é observado que o problema habitacional brasileiro é de difícil solução, pois em todos os casos o setor privado acaba sendo beneficiado e as políticas adotadas apenas disfarçam o problema.



Figura 2.7: Conjunto Residencial “redondinhos”, em Heliópolis, São Paulo.

2.2 URBANIZAÇÃO NA ATUALIDADE

○ atual cenário das condições habitacionais no Brasil apresenta-se como um problema social e econômico não superado, com grande impacto na configuração urbana.

A população pobre se instala nas áreas desprezadas e ambientalmente frágeis como: encostas de morros, beiras de córregos, áreas de mangue. Na cidade, a invasão de terras é uma regra, e não uma exceção, onde a mesma é ditada pela falta de alternativas (MARICATO, 2003).

A favela tem a completa ilegalidade da relação do morador com a terra e o que difere as mesmas dos loteamentos clandestinos é o contrato de compra e venda que garante algum direito aos moradores. Geralmente a ilegalidade dos loteamentos está na burla das normas urbanísticas como: diretrizes de ocupação do solo, dimensão dos lotes, arruamento, áreas públicas e institucionais. Também há a ilegalidade na documentação de propriedade, ausência de provação de projeto pela prefeitura, ou divergência entre projeto aprovado e implantação. A irregularidade impede o registro pelo cartório de registro de imóveis prejudicando os compradores (MARICATO, 2003).

Segundo Maricato (2003),

○ loteamento ilegal e a favela são as alternativas mais comuns de moradia da maior parte da população urbana

de baixa renda e média baixa. Foi a “solução” que o desenvolvimento urbano, no Brasil, deu para grande parte para os moradores das grandes cidades. (MARICATO, 2003, p. 80)

Se fosse possível realocar todos os moradores das favelas para novas localizações, seria a opção mais correta, porém, a quantidade de moradores é tão grande que se torna inviável. Sendo assim optou-se pela urbanização de favelas. Essa mudança se fortaleceu nos anos 80, onde os governos perceberam que era a forma mais economicamente viável. Essa urbanização implicava de no mínimo a implantação de iluminação, água tratada, esgoto, drenagem, coleta de lixo, circulação viária e de pedestres e eliminação dos riscos de vida (MARICATO, 2003).

○ custo da urbanização custada de 10% a no máximo de 50% em relação a uma moradia nova. Como os moradores já investiram muito de seus recursos na construção das casas, o problema não estava na habitação em si, e sim no ambiente urbanizado. A moradia muitas vezes é construída pela autoconstrução, porém a infraestrutura, os equipamentos coletivos, e os serviços públicos são provenientes do estado e não pelas famílias que ali vivem. Outro motivo que promove a urbanização, é a escolha dos moradores, que muitas vezes preferem

permanecer no local pela oferta de trabalho, rede de amigos e familiares e oferta de equipamentos e serviços urbanos (MARICATO, 2003).

A circulação viária junto a rede de vias de pedestres busca resolver o acesso de ambulâncias, do gás engarrafado e da coleta de lixo de forma adequada. Posteriormente os moradores começam a investir na melhoria de suas casas, sendo assim a afeição de segurança, a elevação da autoestima e a satisfação dos moradores é perceptível. (BUENO, 2000, apud MARICATO, 2003).

A urbanização de favelas acarreta na manutenção e na presença do poder público assim como em qualquer outro bairro da cidade. Também há assentamentos que colocam em risco os moradores e que tornam irreversíveis áreas ambientalmente frágeis, sendo assim as mesmas não podem ser urbanizadas. As urbanizações geralmente exigem a remoção de uma parte da população, pelo fato de ter que fazer as implantações de redes de água, esgoto e drenagem, assim como a circulação viária. Também há a remoção de famílias em áreas de riscos o que requer novas moradias em lugares próximos, de modo a não cessar seus relacionamentos em relação a escola, trabalho e amizades. A urbanização deve levar em conta a questão das áreas públicas, já que a falta dos mesmos é um fator fundamental de rebaixamen-

to de qualidade de vida (MARICATO, 2003).

A regularização fundiária é um complemento da urbanização, apenas com ela podemos reconhecer os moradores dessa área como cidadãos. O endereço oficial confirma dignidade aos moradores, o que facilita também na recepção de correspondências, busca de emprego e recepção de bens adquiridos no comércio (MARICATO, 2003).

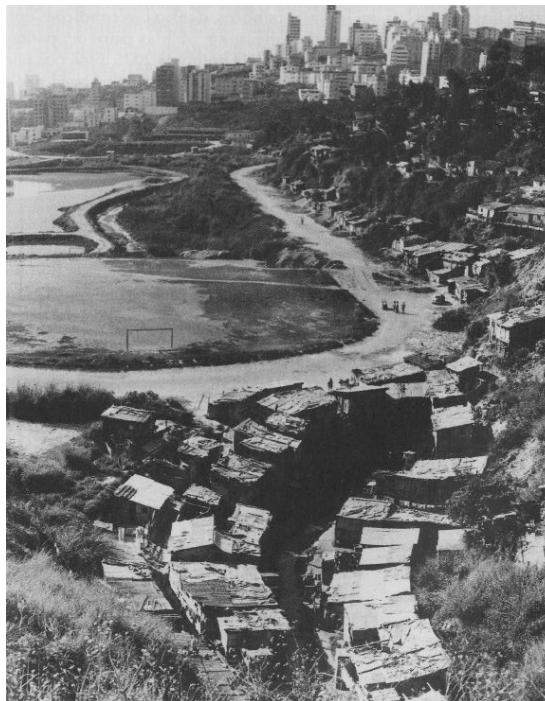


Figura 2.8: Barragem Santa Lúcia antes da Urbanização, Belo Horizonte – MG.



Figura 2.9: Barragem Santa Lúcia depois da Urbanização, Belo Horizonte – MG.

A partir da fundamentação teórica, cabe destacar que o bairro Saveiro necessita de uma urbanização com o intuito de melhorar a permeabilidade das vias, bem como trazer mais espaços de lazer e regularizar os lotes de ocupações irregulares. O bairro também necessita de novas habitações, para que não ocorra mais ocupações irregulares e a fim de que os moradores tenham acesso a moradias de qualidade e com segurança, associados a espaços de estar e lazer e equipamentos públicos.





CAPÍTULO III

REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Os referenciais a serem apresentados foram escolhidos pela escala do bairro, por sua densidade razoável e pela tipologia das habitações, como casas geminadas, em fileiras, isoladas e que permitam ampliações. As mesmas tem o intuito de ajudar na formação das diretrizes da proposta, programa de necessidades, organização espacial, volume, soluções e conceitos, contribuindo para o desenvolvimento de um projeto adequado a todas as relações importantes de uma boa arquitetura.

Figura 3.1: Habitação social sobreposta.

3.1 BOX HOUSE

PROJETO: Yuri Vital
LOCAL: Brasilândia, Zona Norte - SP
ANO: 2008

O conjunto habitacional de 17 moradias está implantado no bairro Brasilândia, zona norte da cidade de São Paulo, o local era formado por chácaras, onde ao longo do tempo foi sendo loteada e edificada pela autoconstrução sem qualquer planejamento.

O projeto busca aliar o baixo custo de produção á preocupação estética. Sendo assim optou-se por casas modulares, pois reduz os gastos com formas para a construção das casas padronizadas, o que não acontece em projetos independentes.

Sua estrutura mista conta com uma laje de grande balanço contraventada engastada em uma viga que se conecta a estrutura principal da casa. Desta forma a casa possui alvenaria estrutural e convencional em sua solução estrutural.

O conjunto habitacional se localiza em um terreno alto com grande declive, sendo assim foi previsto uma rua interna com finalidade de ligar as unidades habitacionais do condomínio, além de gerar um eixo para visibilidade do entorno.

A necessidade de criar uma vaga de garagem para cada unidade e não um es-

tacionamento coletivo, comprometia a área de construção do projeto, desta forma a alternativa em fazer as vagas em meio nível abaixo e meio nível acima da rua solucionou o problema.

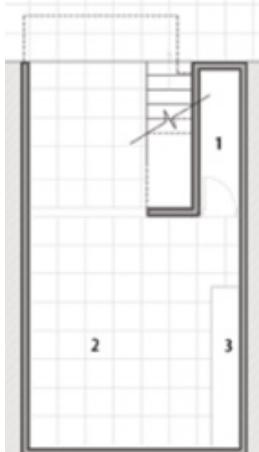
O pavimento a meio nível abaixo da rua se encontra a garagem e o depósito, no pavimento térreo que não possui acesso direto pela garagem, apenas por escada, se encontra a sala, cozinha, área de serviço e um lavabo. Já no pavimento superior se encontram dois dormitórios sendo um com varanda e um banheiro que fica acima do lavabo do térreo o que facilita as instalações hidráulicas. (SOLUÇÕES PARA CIDADES).



Figura 3.2: Fachada Box House.

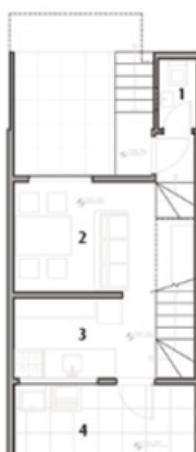


Figura 3.3: Conjunto Box House.



1 - Depósito 3 - Bancada
2 - Vaga automóvel

Figura 3.4: Planta garagem.



1 - Lavabo 3 - Cozinha
2 - Sala 4 - Área de serviço

Figura 3.5: Pavimento térreo.



5 - Banho 7 - Dorm. 2
6 - Dorm. 1 8 - Hall

Figura 3.6: Pavimento superior.

3.2 CONCURSO PROJETO DE ARQUITETURA PARA HIS

PROJETO: Gustavo Panciera Abbad, Rogelio Zanini, Daniel Zanini, Ronald Luis da Cruz Jung, Luzia Olivier Brand, Vinicius Farias, Uilian Marconato, Luara Soares Mayer e Luiz Carlos Barbosa

Filho

LOCAL: Brasília - DF

ANO: 2017

O projeto vencedor do grupo 2 (dois quartos com expansão para mais um) do concurso de 2017 feito pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB-DF), foi desenvolvido pela equipe: Gustavo Panciera Abbad, Rogelio Zanini, Daniel Zanini, Ronald Luis da Cruz Jung, Luzia Olivier Brand, Vinicius Farias, Uilian Marconato, Luara Soares Mayer e Luiz Carlos Barbosa Filho, da cidade de Santa Maria / RS.

O projeto parte de um módulo que atende as necessidades arquitetônicas – lugar, forma e função - e contrutivas – estrutura, materialidade e execução. Seu sistema modular faz com que se tenha proporções entre as partes que compõem a habitação.

O sistema estrutural adotado foi alvenaria estrutural com blocos de concreto pré-moldado, o que não exige mão de obra especializada viabilizando a execução em

qualquer região do país, assim aumenta a velocidade de execução pela dimensão dos blocos estruturais como também pelo acabamento do mesmo que não necessita de reboco.

A dimensão do bloco deu origem a módulos de 3,15m x 3,15m, garantindo qualidade ambiental aos ambientes, sendo que 9m² internos são confortáveis para ambientes de permanência e meio módulos é suficiente para lavanderia e sanitários.

Os módulos também definem o lote sendo que sua organização espacial não exploram altos índices de ocupação do lote, porém garante ventilação e iluminação natural entre as residências reduzindo também rúidos entre as moradias elevando sua qualidade ambiental. Os espaços livres do lote podem ter função paisagística, estética ou funcional podendo ser usada como hortas e embelezamento das residências, como também lugar para expansão das moradias, trazendo identidade entre as mesmas.

Podendo ser unitárias ou sobrepostas elas se caracterizam por um núcleo central que da origem a organização dos compartimentos, onde se concentram as instalações hidráulicas. A cozinha e espaço de estar se localizam na parte da frente próximo a rua, onde correspondem a um ambiente integrado ampliando o ambiente e permitindo flexibilidade de uso de acordo com a família.

As habitações podem ter de 1 a 3 dormitórios de acordo com a necessidade da família. Inicialmente o primeiro dormitório se encontra nos fundos da casa a esquerda, o segundo dormitório seria ao lado no primeiro na direita e o terceiro ficaria a frente do segundo e ao lado da cozinha. Esse arranjo cumpre funcionalidade de acessos, ventilação e iluminação natural assim como ventilação cruzada entre os compartimentos (CODHAB, 2017).



Figura 3.7: Habitação sobreposta.



Figura 3.8: Pavimento térreo



Figura 3.9: Pavimento superior com ampliação.

3.3 CONCURSO HABITAÇÃO PARA TODOS - SOBRADO

PROJETO: Carolina Neuding Afif Domingos, Kelly Lorenzetti Tirolli, Leonardo Nakaoka Nakandakari, Vanessa Cassettare e Nádia Manssur
ANO: 2010

Em segundo lugar o projeto de sobrado desenvolvido pela equipe Carolina Neuding Afif Domingos, Kelly Lorenzetti Tirolli, Leonardo Nakaoka Nakandakari, Vanessa Cassettare e Nádia Manssur em 2010 tem como ponto de partida concentrar um núcleo sintético e funcional para as instalações hidráulicas, dando o máximo de qualidade para as áreas de permanência como quartos, cozinha e estar.

As instalações hidráulicas do banheiro estão alinhadas com a cozinha e área de serviço no térreo.

Seu formato alongado e com aberturas nas extremidades e uma abertura zenital na caixa de escada permite uma ventilação cruzada e efeito chaminé para troca de ar quente.

As aberturas das áreas de permanência localizadas nas extremidades são cobertas por beirais. Para garantir uma inércia térmica e uma coleta de água pluvial para reuso optou-se por fazer a laje de cobertura sobre os quartos de teto-jardim.

Para um melhor aproveitamento, foi previsto ampliações no térreo para um dormitório e banheiro acessível, consequentemente ampliando os quartos superiores.

Com finalidade de racionalizar o uso da água, foram sugeridos equipamentos como restritores de vazão para duchas, arejador para a torneira de pia, regulador de vazão para torneiras de uso geral, além de equipamentos para a utilização das águas cinzas para irrigação de gramados.

Para racionar energia elétrica foi proposta a utilização do sistema híbrido de aquecimento de água: solar + sistema auxiliar elétrico, além do chuveiro com reaproveitamento indireto de calor da água (CONCURSOSDEPROJETO.ORG, 2010).



Figura 3.10: Habitação de dois dormitórios.



Figura 3.11: habitação Vila com ampliações.

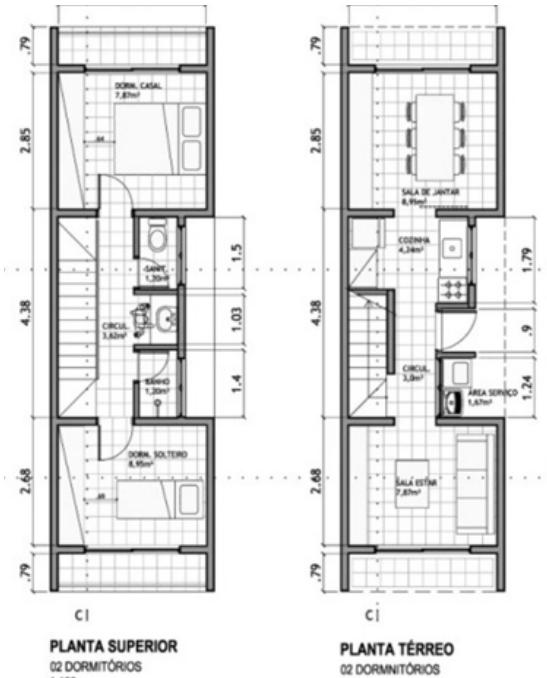


Figura 3.12: Plantas da habitação de dois dormitórios.



Figura 3.13: Planta da habitação com ampliações.

3.4 QUADRO SINTESE DOS REFERENCIAIS

REFERENCIAL		CARACTERÍSTICAS PROJETUAIS	
 <p data-bbox="166 597 415 619">Figura 3.14: Box House</p>		<p data-bbox="892 294 1202 325">Baixo custo de produção</p> <p data-bbox="914 332 1179 362">Preocupação estética</p> <p data-bbox="937 370 1156 400">Casas modulares</p> <p data-bbox="952 408 1141 438">Estrutura mista</p> <p data-bbox="945 446 1149 476">Casas em fileira</p> <p data-bbox="945 483 1149 514">Casa meio nível</p> <p data-bbox="945 521 1149 551">Possui garagem</p> <p data-bbox="952 559 1141 589">Alta densidade</p>	
 <p data-bbox="166 960 657 982">Figura 3.15: Concurso projeto de arq. para HIS</p>		<p data-bbox="937 657 1156 687">Sistema modular</p> <p data-bbox="778 695 1315 763">Estrutura de alvenaria estrutural com bloco de concreto pré-moldado</p> <p data-bbox="778 771 1315 801">Núcleo central com instalações hidráulicas</p> <p data-bbox="846 808 1247 839">Acabamento do bloco aparente</p> <p data-bbox="922 846 1171 876">Permite ampliações</p> <p data-bbox="824 884 1270 914">habitações sobrepostas ou unitárias</p> <p data-bbox="937 922 1156 952">Média densidade</p>	
 <p data-bbox="166 1300 491 1353">Figura 3.16: Concurso habitação para todos - sobrado.</p>		<p data-bbox="778 990 1315 1020">Núcleo central com instalações hidráulicas</p> <p data-bbox="982 1028 1111 1058">Sobrados</p> <p data-bbox="922 1065 1171 1096">Permite ampliações</p> <p data-bbox="808 1103 1285 1134">Iluminação zenital na caixa de escada</p> <p data-bbox="793 1141 1307 1202">Teto-jardim que garante inércia térmica e coleta de água pluvial</p> <p data-bbox="846 1209 1254 1239">Aproveitamento de águas cinzas</p> <p data-bbox="929 1247 1171 1277">Aquecimento solar</p> <p data-bbox="778 1285 1323 1315">Reaproveitamento indireto de calor da água</p> <p data-bbox="945 1323 1156 1353">Baixa densidade</p>	

DESVANTAGENS	APROPRIAÇÃO DO REFERENCIAL
<p>Não permite ampliações Não é acessível pois o acesso principal se dá por escada</p>	<p>Habitação em fileira Casa em meio nível Sistema modular</p>
<p>Não possui garagem Casas sobrepostas necessitam que o morador de baixo amplie primeiro Morador do pavimento superior não possui jardim Pavimento superior não é acessível</p>	<p>Permite ampliação Estrutura em alvenaria estrutural Sistema modular Núcleo central com instalações hidráulicas Estética</p>
<p>Não possui reservatório Acesso ao banheiro apenas no segundo pavimento</p>	<p>Habitação estilo sobrado Permite ampliações Reaproveitamento de águas cinzas Coleta de água pluvial Iluminação zenital Aquecimento solar</p>





CAPÍTULO IV

ANÁLISE DA ÁREA

Nesta etapa, será feita uma análise da área e seu entorno imediato, afim de identificar a situação que o bairro se encontra, para que assim, possam ser propostas diretrizes adequadas a necessidade dos habitantes, onde posteriormente servirão para o desenvolvimento do projeto arquitetônico.

Figura 4.1: Área de análise.

4.1 LOCALIZAÇÃO



Figura 4.2: Mapa do Brasil.



Figura 4.3: Mapa de Santa Catarina.

O município de Biguaçu está localizado na região metropolitana da Grande Florianópolis em Santa Catarina. O município fica a cerca de 17km de distância da capital de Florianópolis. O mesmo faz divisa com São José, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos e Tijucas. O município é cortado pela BR-101 que interliga Biguaçu aos seus municípios vizinhos.

De acordo com o último censo populacional de 2010, o município possui 58.206 habitantes e atualmente sua economia se baseia no setor industrial e no comércio em expansão.



Figura 4.4: Mapa da Grande Florianópolis.

4.2 PROCESSO HISTÓRICO

Até 1747 não se sabe daqueles que residiam na orla oeste da baía norte da antiga Desterro. A povoação da atual Biguaçu se deu início em 1748, com a chegada de imigrantes portugueses vindo das Ilhas dos Açores e que foram levados a freguesia de São Miguel, onde se deu início o povoamento de Biguaçu.

Foram três etnias que deram início na formação histórica de Biguaçu: os portugueses, vindos da Ilhas dos Açores, os alemães, vindos de Bremen e os negros, vindos da África.

Naquela época, a freguesia fornecia água para abastecer os navios de viagens. A importância de São Miguel é bem definida pela característica colonial em que se edificaram as construções da Vila, onde até hoje é evidente o conjunto que é constituído pelo sobrado, pela igreja e pelo aqueduto.

A evolução dos habitantes aconteceu paralelo ao movimento católico da região, pois as capela e igrejas sempre foram o centro da vida social dos moradores, pois ali geralmente se reuniam, aos domingos, por suas moradias serem distantes umas das outras.

Em 1830 houve o aumento dos interesses econômicos na região, pelo fato do Rio ser a única via de escoamento de produção da colônia para a capital da província.

Em 16 de maio de 1833 já elevado

à categoria de Vila, São Miguel foi desmembrado do município de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis).

Até 1886 a sede permaneceu na Vila de São Miguel, a partir daí a mesma foi transferida para Biguaçu, tomando em consequência essa denominação.

Em novembro 1963 são desmembrados os distritos de Antônio Carlos e Ganchos que são elevados a categorias de municípios.

A partir de 1970 a população as margens do Rio começam a crescer, pela prosperidade do comércio pelo meio de transporte fluvial.

Nos anos de 1980 e 1990, apareceram novas indústrias de grande porte, campus universitário, tendo como consequência o crescimento de outros bairros, gerando em vista um novo traçado urbano.

Devido ao crescimento acelerado da cidade, houve o processo de aglomeração urbana, acarretando no surgimento de diversos problemas urbanos referentes a uso e ocupação do solo, moradias e transporte.

Antes a economia de Biguaçu era baseada na agricultura, pecuária e pesca, já hoje se baseia principalmente nas indústrias de plástico e alimentos. Há também as atividades desenvolvidas como o plantio de arroz, grama, hortifrutis e pesca (IBGE).



Figura 4.5: Fotografia aérea de 1957, município de Biguaçu.



Figura 4.6: Fotografia aérea de 1978, município de Biguaçu.



Figura 4.7: Fotografia aérea de 2018, município de Biguaçu.

Como se observa nas figuras, em 1957, ainda não haviam resquícios do bairro Saveiro, já no ano de 1978, pode-se observar o traçado do Rio Caveiras e os primeiros moradores as margens da BR-101. No ano de 2018 e possível perceber a grande consolidação do bairro.

4.3 ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção se situa dentro do bairro Saveiro, entre a marginal da BR-101 e o mar, no município de Biguaçu/SC. O bairro possui fácil acesso pela marginal e fica a cerca de 3Km do centro de Biguaçu.

O terreno possui uma área de 29.550,91m² e está rente a extensão leste oeste do bairro Saveiro. O mesmo possui acesso apenas pela marginal da BR-101, pela Rua Valentim Vieira. O terreno possui apenas 4 metros de declividade, o que é pouco considerando sua extensão de 392,34m.

A ocupação do bairro Saveiro assim como a do município de Biguaçu ocorreu sem grandes planejamentos no início de seus traçados. O processo de favelização do município teve início em 1987, quando alguns imigrantes começaram a chegar, vindo de outros estados e de outras cidades de Santa Catarina. Esta imigração é estimulada por Biguaçu ser uma cidade litorânea, próxima à capital e com na época, grandes vazios urbanos, propícios à ocupações ilegais.



Figura 4.8: Fotografia aérea de 2019, município de Biguaçu.

Por ser um município periférico da área metropolitana de Florianópolis, Biguaçu, passou a atrair formas de ocupação a partir de loteamentos irregulares e clandestinos, sem legalização da terra e sem infraestrutura, transformados em verdadeiras favelas. (SOUZA,1997 ,p.43).

Segundo Souza (1997), o bairro Saveiro é absolutamente horizontalizado, seu sítio predominantemente alagável, ou seja, em um manguezal, transformado em um imenso pântano. Com a invasão dos posseiros esta área foi desmatada e aterrada, com



Figura 4.9: Bairro Saveiro e área de intervenção.

este aterro grande parte das áreas de manguezal foram destruídas.

A invasão de aspecto ilegal se deu de forma desordenada, sem planejamento. Próximo a BR-101, essa ocupação não é comum, porém ela é visível na orla, onde muitas ruas são estreitas com becos sem saída, onde é evidente a ocupação por pessoas de baixa renda que possuem moradias em locais insalubres.

Sendo assim a ocupação do solo de forma irregular, associado a falta de planejamento, acarretou na falta de infraestrutura básica, como redes de esgoto, energia elétrica e até mesmo equipamentos públicos.



Figura 4.10: Fotografia aérea de 2005, bairro Saveiro e seu entorno.

4.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

De acordo com dados levantados em campo por Pereira (2017), no bairro Saveiro 74% da população são de pessoas negras e pardas, o que contraria a estatística do município onde 15% da população é composta por negros e pardos, segundo o censo demográfico de 2010 (IBGE). Sendo assim é visível que o bairro é berço da segregação.

Segundo Pereira (2017, p.40) segue gráfico referente aos grupos de rendimento dos entrevistados.

○ gráfico mostra que 64% dos en-

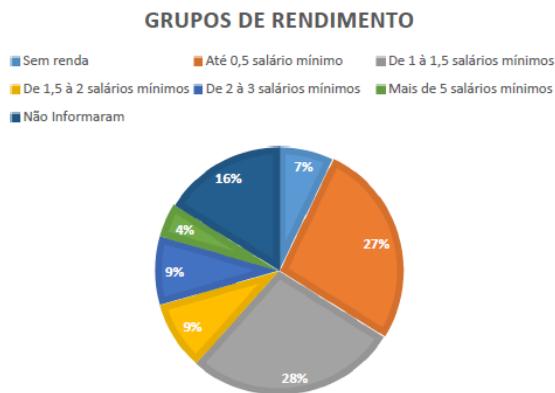


Figura 4.11: Gráfico de rendimento dos entrevistados.

trevistados ganham no máximo 2 salários mínimos, sendo assim afirma que há um relacionamento de segregação por cor e por rendimento.

Ainda segundo Pereira (2017) segue gráfico referente a profissão exercida pelos entrevistados.

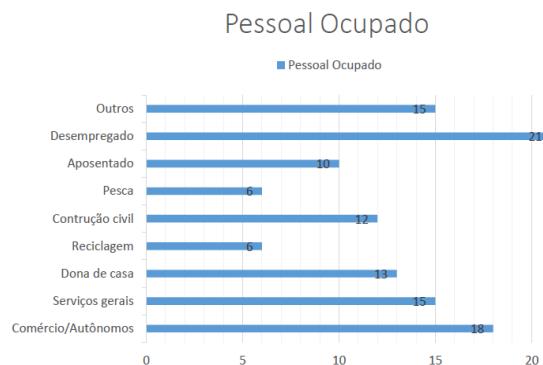


Figura 4.12: Gráfico de profissões dos entrevistados.

É evidente a tendência por trabalhos onde é baixa a remuneração, além de muitos dos entrevistados serem desempregados e donas de casas. Isso ocorre devido a condição de vida dos moradores do bairro, onde as características acarretam outras que justas configuram o perfil dos moradores de favela.

Através do preconceito e da segregação histórica, a cor acaba limitando as oportunidades de estudo e emprego de uma parte da população, onde passam a ter rendimento baixo, acarretando na falta de acessos a bairros e cidades com condições de vida melhores. Isso acaba fazendo com que essas pessoas se destinem a áreas onde há pouca ação pública, locais com mais violência e mais distante do centro da cidade.

4.5 PLANO DIRETOR

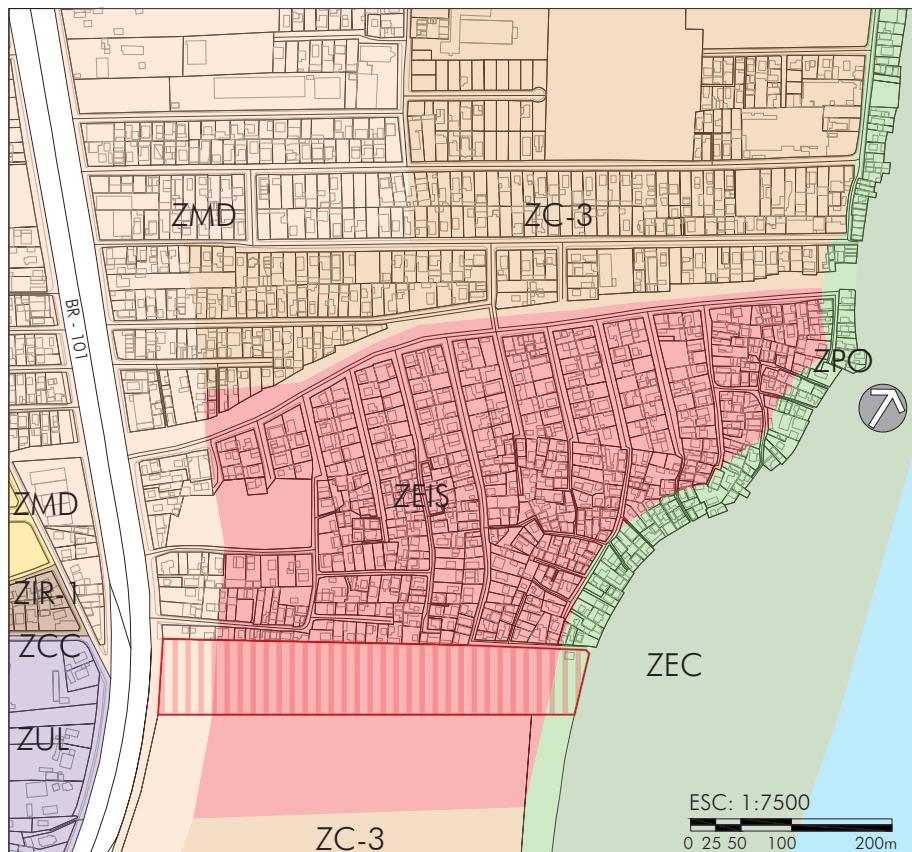


Figura 4.13: Mapa de zoneamento urbano.

LEGENDA:

	ZC 3 - ZONA COMERCIAL 3
	ZCC - ZONA DE CORREDOR COMERCIAL
	ZEC - ZONA DE ENGORDAMENTO COSTEIRO
	ZEIS - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL
	ZIR 1 - ZONA DE INTERESSE RESIDENCIAL 1
	ZMD - ZONA MISTA DIVERSIFICADA
	ZPO - ZONA DE PROTEÇÃO DA ORLA
	ZUL - ZONA DE USO LIMITADO
	OCEANO ATLÂNTICO
	ÁREA DE INTERVENÇÃO

De acordo com o mapa de zoneamento, o bairro Saveiro se desenvolveu sem um planejamento adequado, necessitando de estratégias para amenizar as consequências.

Como analisado, a maior parte do Bairro Saveiro está em uma ZEIS, próximo a BR-101 está zoneado como ZMD, que tem por objetivo concentrar atividades comerciais e de prestação de serviços que necessitam de locais de fácil acesso, possui gabarito de até 10 pavimentos.

Próximo ao mar, está zoneado como ZPO, onde é destinada para atividades diversas, promovendo a preservação e conservação do mar, o que qualifica e valoriza a comunidade e o município.

Localizada em toda a extensão da orla, se localiza a ZEC que tem como objetivo a implantação de infraestrutura de apoio turístico náutico, criando espaços de lazer. Também devem de ser complementadas por intervenções estruturais que minimizem os riscos oriundos da ação das ondas e marés.

Conforme a Lei Complementar N°71, de 30 de setembro de 2014, o artigo 11 determina que:

“A Zona de Especial Interesse Social tem por objetivo destinar prioritariamente a produção de habitações de interesse social e ampliação de equipamentos urbanos beneficiando a população de baixa renda. ”

4.6 MORFOLOGIA URBANA



Figura 4.14: Mapa de morfologia urbana.

LEGENDA:

-  ÁREA DE INTERVENÇÃO
-  OCEANO ATLÂNTICO
-  RIO CAVEIRAS

Como é possível perceber a comunidade do Saveiro possui um traçado urbano sinuoso e ortogonal. O traçado sinuoso, onde as quadras e lotes seguem a necessidade das moradias, é predominante em áreas mais próximas ao mar, ao terreno de intervenção e na parte mais periférica onde possui aglomerações provenientes das ocupações irregulares, por consequência elas obtêm forma e tamanhos diferentes. Essa problemática é decorrente do crescimento desordenado e irregular da área e a falta de planejamento urbano pelo poder público. O traçado ortogonal é demarcado por quadras longas compostos por lotes mais regulares.

Sendo assim as quadras são fragmentadas e longas que por consequência os veículos tomam maior velocidade, as mesmas não possuem conectividade e permeabilidade o que acaba não incentivando o passeio a pé.

Também é observado que em certos momentos a cidade é formal e ora são informais. Pode-se perceber que ocorre uma apropriação privada em terrenos de marinha, os quais são pertencentes a Secretaria de Patrimônio da União.

4.7 CHEIOS E VAZIOS



Figura 4.15: Mapa de cheios e vazios.

LEGENDA:

-  EDIFICADO
-  LIVRE
-  ÁREA DE INTERVENÇÃO
-  OCEANO ATLÂNTICO
-  RIO CAVEIRAS

De acordo com a análise, pode-se notar que as comunidades do entorno como, Praia João Rosa, Rio Caveiras e Morro da Bina, possuem uma diferença do bairro Saveliro pois a ocupação dos mesmos foi de forma regular. Já no bairro em análise, as ocupações possuem uma boa distribuição no contexto geral, porém mais próximo ao mar, é perceptível as aglomerações provenientes das ocupações irregulares e desordenadas, o que conseqüentemente afeta nas proximidades que as casas apresentam.

É evidente o contraste entre os tamanhos e regularidades das edificações.

Nota-se que as edificações mais próximas ao mar, vão diminuindo gradativamente e a aproximação das casas é cada vez maior até chegar a borda do mar. Sendo assim é perceptível a forma de ocupação e o poder socioeconômico dos moradores.

Em toda a área analisada é possível perceber a existência de vazios urbanos, porém os mesmos são terrenos privados. Como a área não possui espaços públicos que ofereçam a população lazer e descanso, as crianças e adolescentes são obrigadas a utilizar as ruas e os terrenos privados vazios para a prática de atividades.

4.8 MOBILIDADE URBANA

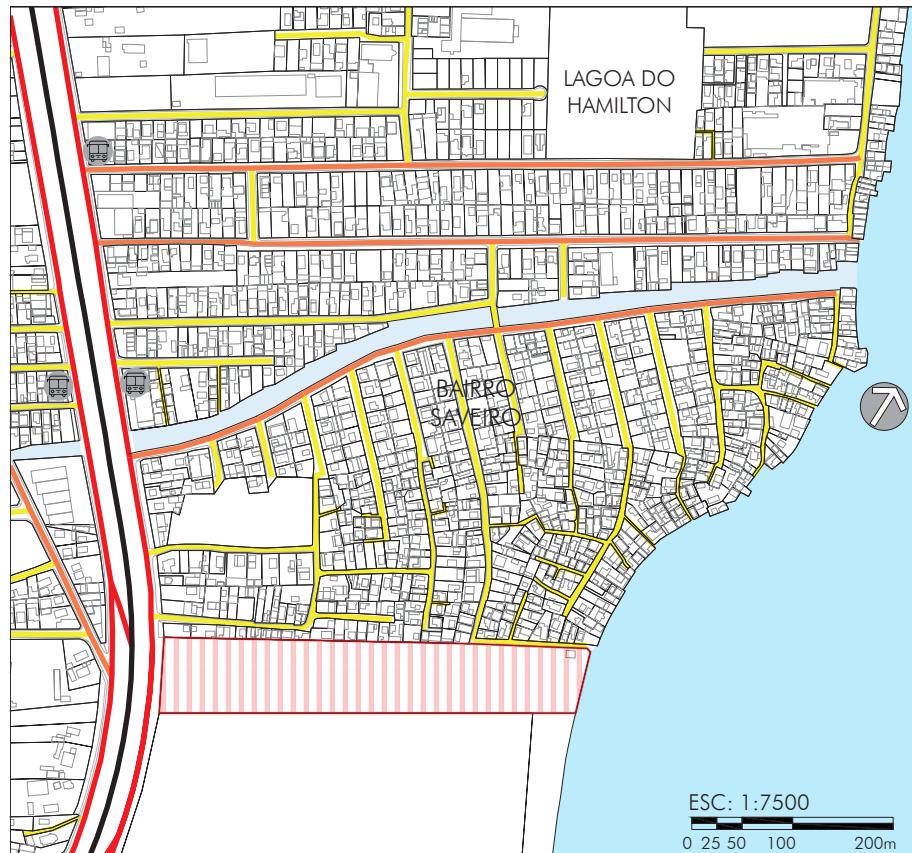


Figura 4.16: Mapa do sistema viário.

LEGENDA:

 RODOVIA	 OCEANO ATLÂNTICO
 ARTERIAL	 RIO CAVEIRAS
 COLETORA	 PONTO DE ÔNIBUS
 LOCAL	 ÁREA DE INTERVENÇÃO

O município de Biguaçu é cortado pela Rodovia BR-101, fazendo com que ocorra a divisão de seus bairros, suas marginais são consideradas vias arteriais, já que nos dois lados possui redutores de velocidade com sinalização eletrônica, as mesmas contendo grande fluxo dão acesso ao bairro Saveiro. O mesmo possui uma via coletora que interliga a comunidade e que dão acesso as vias locais que distribuem o pequeno tráfego.

O bairro possui quatro acessos, sendo três deles pela Marginal da BR-101 e um deles pelo bairro vizinho Praia João Rosa.

As vias locais da comunidade, apesar de serem estreitas e muitas sem saída, sua maioria são calçadas ou pavimentadas. Mais próximo ao mar, devido ao tipo de assentamento, foi formando becos sem pavimento.

Nas vias principais como a Rua Nossa Sra. dos Navegantes ao lado do Rio Caveiras, as calçadas apresentam boas condições, porem possui algumas descontinuidades. Já em algumas ruas locais, possui a inexistência obrigando o pedestre a utilizar a pista de rolamento para caminhar, e onde já possui as mesmas não tem acessibilidade e suas dimensões são irregulares.

Em relação ao transporte coletivo, não possui nenhuma linha que passa dentro do bairro Saveiro, porém como o bairro está localizado as margens da BR-101, a população tem fácil acesso a quase todas as linhas do transporte coletivo de Biguaçu, como Biguaçu, Praia João Rosa, Circular Biguaçu, Prado, Saudade, Fundos, entre outros.

4.9 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

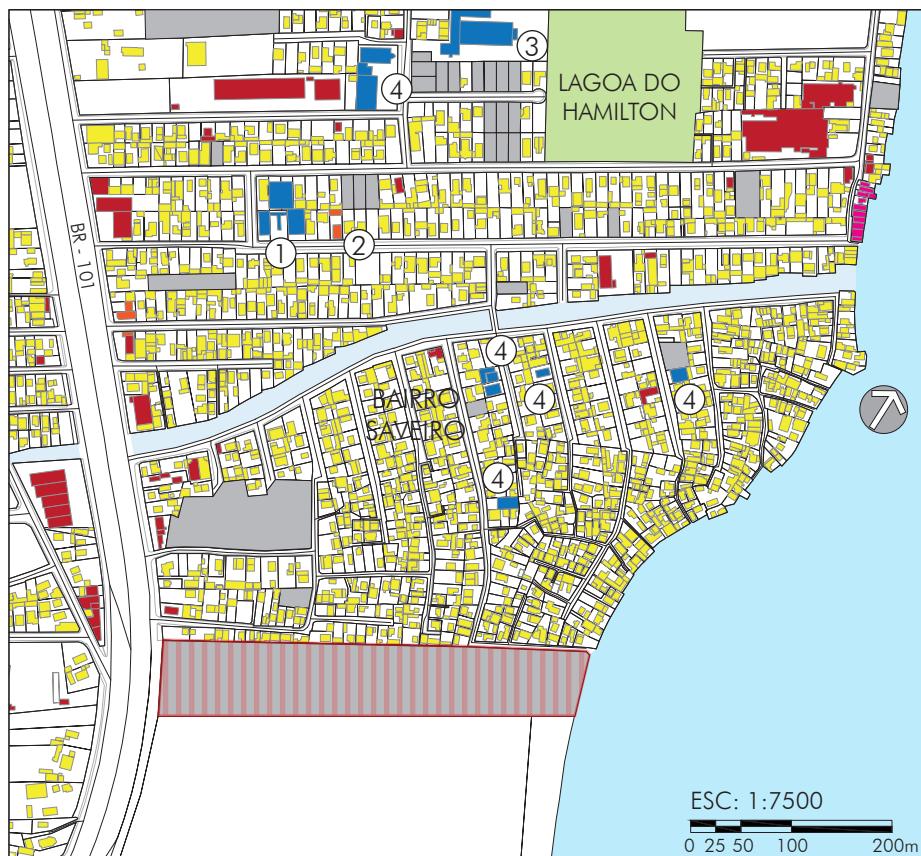


Figura 4.17: Mapa de uso e ocupação do solo.

LEGENDA:

 RESIDENCIAL	 RANCHOS PESQUEIROS
 COMÉRCIO E SERVIÇOS	 OCEANO ATLÂNTICO
 INSTITUCIONAL	 RIO CAVEIRAS
 MISTO	 ÁREA DE INTERVENÇÃO
 ÁREA DE LAZER	 ÁREA LIVRE PRIVADA

De acordo com a análise, o uso predominante no bairro Saveiro é residencial, com casas de até dois pavimentos. Os comércios e serviços estão mais presente ao longo da BR-101, o que não fornece a quantidade de empregos necessário para suprir todos os moradores, fazendo com que os mesmos precisem se deslocar para outros bairros e até mesmo outras cidades para chegar em seus empregos.

O bairro Saveiro possui algumas instituições que são igrejas (4) de varias religiões. Já na Praia João Rosa, bairro vizinho, possui algumas instituições onde uma dela é o Centro Educacional Conhecimento (1), escola privada que atende do ensino fundamental ao médio, e a Escola Estadual Profª Eloísa Mª Prazeres (3), também há uma unidade básica de saúde (2). Com isso é perceptível a falta de equipamentos como saúde, lazer e educação no bairro em estudo.

O único espaço de lazer próximo ao bairro é a Lagoa do Hamilton, onde o mesmo não possui conexão com o entorno por se localizar entre as quadras.

A quantidade de pessoas que transitam nas ruas é o reflexo pelos usos que existem na área. O fluxo maior se resume aos locais onde possui instituições, porém não são suficientes para dar movimento ao bairro em todos os períodos, sendo assim para uma melhor dinâmica e qualidade de vida a população, o bairro necessita de espaços públicos e de lazer.

Também podemos perceber que existe uma grande quantidade de espaços livres, entretanto a maioria são de uso privado. Sua maior parte serve de estacionamento ou são abandonados. O município de Biguaçu carece de espaços públicos qualificados, na área de estudo existe apenas a Lagoa do Hamilton considerada como espaço público, essas áreas permitem a interação entre pessoas e bairros.

4.10 ASPECTOS AMBIENTAIS

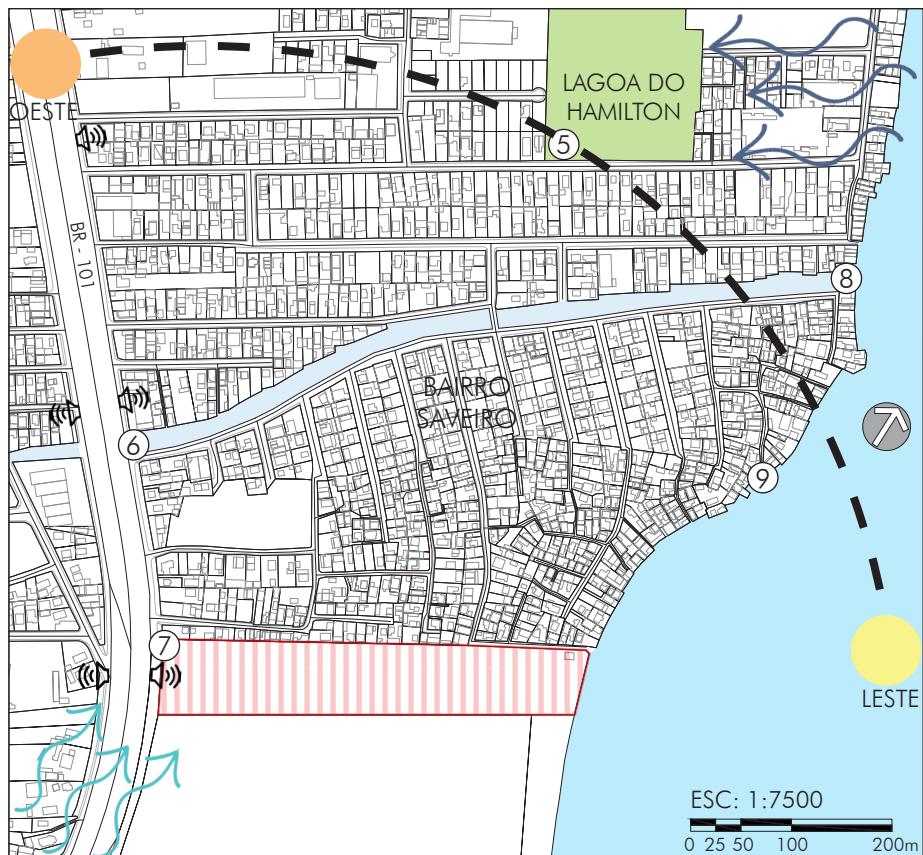


Figura 4.18: Mapa de aspectos ambientais.

LEGENDA:

 VENTO SUL

 VENTO NORDESTE

 ÁREA DE LAZER

 RUÍDO

 ÁREA DE INTERVENÇÃO

 OCEANO ATLÂNTICO

 RIO CAVEIRAS

O clima de Biguaçu é classificado como mesotérmico do tipo úmido e não possui estação seca. Possui estações bem definidas e com temperaturas agradáveis, onde os verões são quentes acima de 22°C. A temperatura máxima anual é de 38° e a mínima de 3°C, tendo a média de 20°C. A região se caracteriza como quente e úmida, predominando vento sul e nordeste. A atuação dos ventos no município de Biguaçu, está sujeito a desvios provocados pela orientação geral do relevo, como a existência de morros. No caso do terreno em análise possui o Morro da Bina, localizado ao lado do bairro Saveiro.

Pelo fato do terreno ser margeado pela BR-101, uma rodovia de alto tráfego, o local apresenta uma intensidade de ruídos que acaba afetando a comunidade local.

O município é composto por mais de 12km de litoral marítimo, banhado pela Bahia Norte do Oceano Atlântico. A área do bairro Saveiro é delimitada pelo Rio Caveiras, que atualmente encontra-se poluído por lixos e esgotos domésticos. Nessa área possuía um manguezal que foi destruído por retificação do canal do rio, aterros ilegais, desmatamento, como consequência da apropriação de famílias.

Podemos perceber que no perímetro de intervenção não possui áreas verdes, o que é um efeito negativo, já que as mesmas oferecem melhorias e estabilidade microclimática como, redução de calor, diminuição da velocidade dos ventos e ampliação da umidade do ar.



①
Figura 4.19: Centro Educacional Conhecimento.



②
Figura 4.20: Unidade básica de saúde.



③
Figura 4.21: Escola Estadual Profª Eloísa Mª Prazeres.



⑤
Figura 4.22: Lagoa do Hamilton.



6

Figura 4.23: Rio Caveiras.



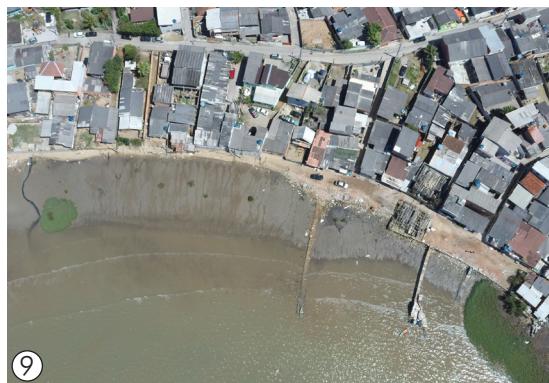
8

Figura 4.25: Foz do Rio Caveiras.



7

Figura 4.24: Relação da BR-101 com o terreno.



9

Figura 4.26: Relação do bairro Saveiro com o mar.



Figura 4.27: Mapa síntese legislativa.

4.11 SÍNTESE LEGISLATIVA

Área do terreno 29.550,91m²
Profundidade: 392,34m
Testada 75,32m

Índice de aproveitamento básico 1.2
Taxa de ocupação 70%
Taxa de permeabilidade 10%
Gabarito 4

Áreas públicas de no mínimo 35%
Sendo 7% AVL e 5% Equipamentos urbanos
comunitários

Área mínima do lote 125m²
Testada mínima do lote 5m

Recuo mínimo frontal 3m
Recuo mínimo lateral 1/6 da altura do
prédio, mínimo de 1,50m
Recuo mínimo fundos 1/6 da altura do
prédio, mínimo de 1,50m



Figura 4.28: Relação do terreno com a comunidade.

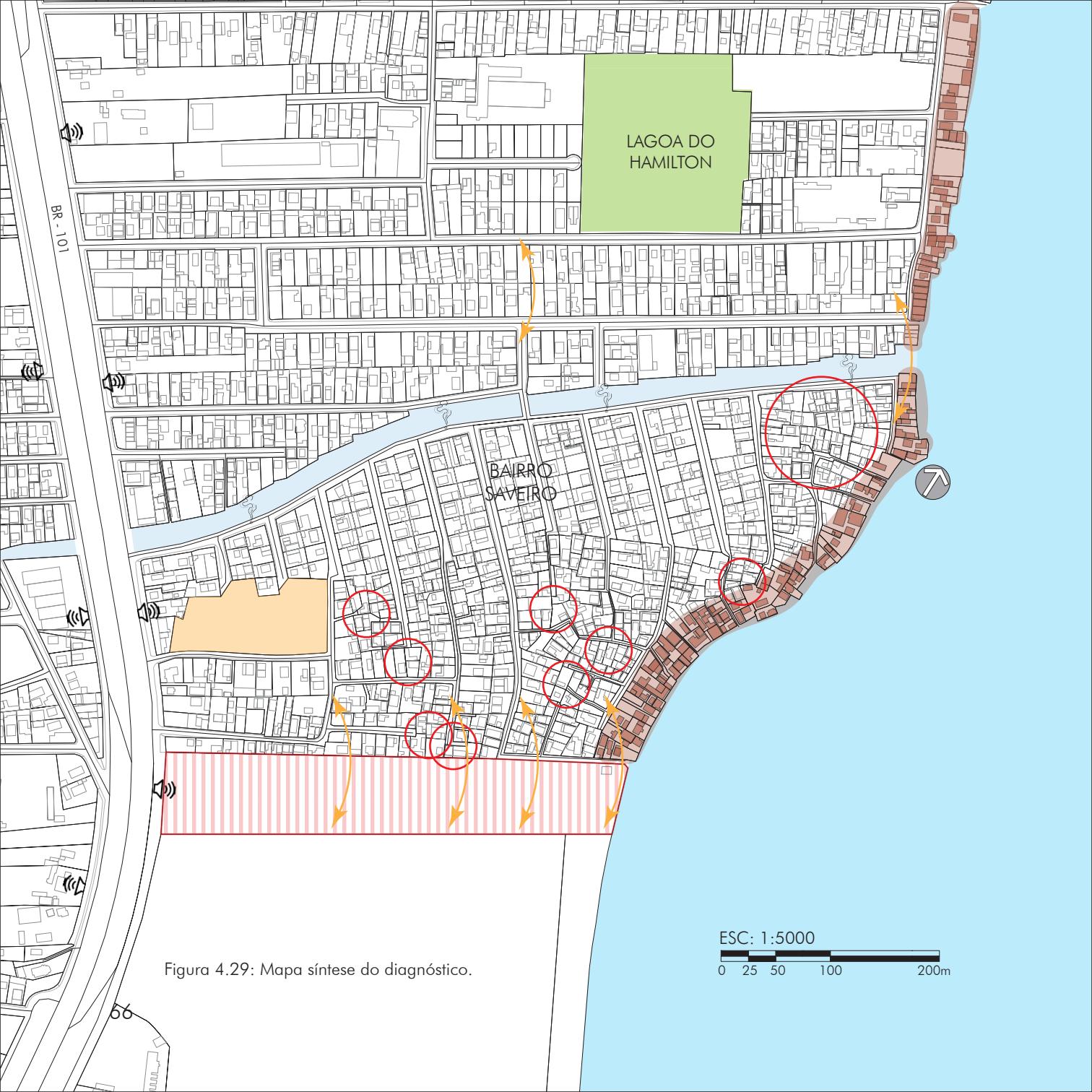
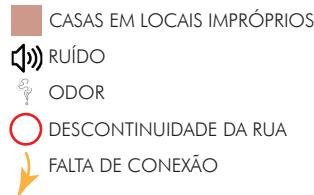


Figura 4.29: Mapa síntese do diagnóstico.

ESC: 1:5000
0 25 50 100 200m

4.12 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

LEGENDA:



MOBILIDADE URBANA

Malha viária fragmentada
Falta de conexão
Carência de passeios e ciclovias
Pouca conexão com os bairros vizinhos
Becos sem pavimentação
Fácil acesso ao transporte público
Rápido acesso a rodovia

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Pouca diversidade de usos
Falta de comércios
Carência de serviços
Carência de equipamentos urbanos
Carência de áreas de lazer e de convívio
Gabarito baixo
Próximo ao centro do município
Terreno praticamente plano
Espaço para ampliação

ASPECTOS AMBIENTAIS

Muito ruído
Rio e mar poluídos e com odor
Sem conexão adequada a orla
Pouca arborização
Rio é apresentado como fundo de lote
Proximidade com o mar
Lagoa do Hamilton como espaço de lazer

CHEIOS E VAZIOS

Espaços livres subutilizados
Ocupações irregulares

MORFOLOGIA URBANA

Fusão de vias ortogonais e orgânicas
Lotes regulares e irregulares
Falta de conexão entre vias
Quadras fragmentadas e extensas
Apropriação orla





CAPÍTULO V

PARTIDO GERAL

A partir de todo estudo feito, neste capítulo será apresentado, diretrizes gerais para o bairro Saveiro, bem como um projeto na etapa de partido de um conjunto habitacional, com várias tipologias.

Figura 5.1: Terreno de intervenção.



Figura 5.2: Mapa de desapropriações.

5.1 DIRETRIZES GERAIS



Figura 5.3: Bairro Saveiro.

Melhorar permeabilidade do bairro com:

- * Desapropriações;
- * Abertura de novas vias;
- * Criação de áreas de lazer;
- * Criar conexões para melhor acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos.

Ampliação de novas áreas e equipamentos públicos com:

- * Desapropriações;
- * Abertura de vias;
- * Criação da escola/creche aberta.

Requalificação da Orla com:

- * Desapropriações;
- * Criação de nova via;
- * Ciclovia;
- * Arborização;
- * Despoluição do mar;
- * Novos ranchos de pesca coletivos.

Requalificação do Rio Caveiras com:

- * Despoluição do Rio;
- * Parque linear;
- * Saneamento da comunidade;
- * Arborização.

Novo conjunto habitacional com:

- * Diferentes tipos de moradias;
- * Equipamentos públicos;
- * Áreas de lazer;
- * Via comercial;
- * Ciclovia;
- * Barreiras naturais e artificiais para amortecer os ruídos;
- * Arborização, com o intuito de redução de calor, diminuição dos ventos e ampliação da umidade do ar.



Figura 5.4: Mapa geral de intenções.

5.2 PARTIDO



ESC: 1:4500

0 25 50 100 200m

Figura 5.5: Mapa geral das diretrizes.

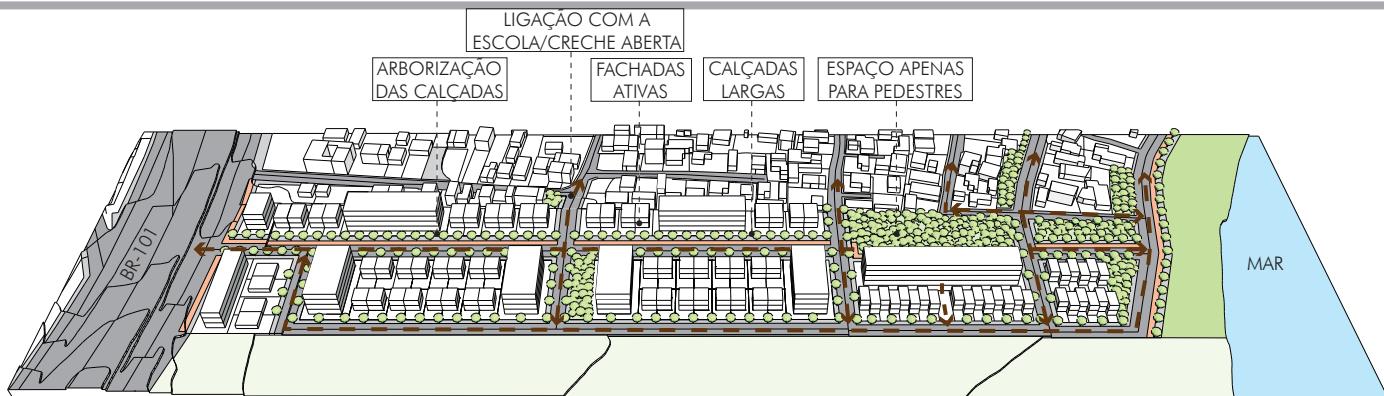


Figura 5.6: Fluxos de pedestres.



Figura 5.7: Fluxos de ciclistas.

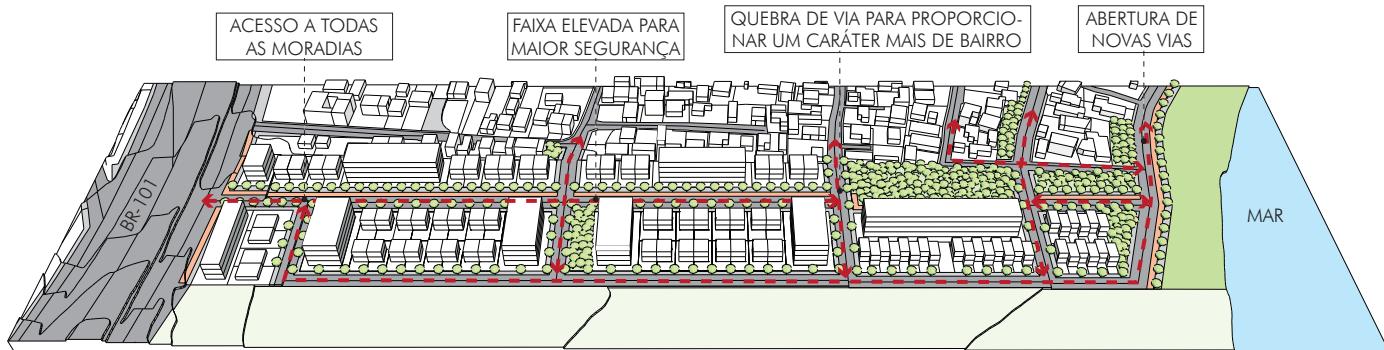


Figura 5.8: Fluxos de automóveis.

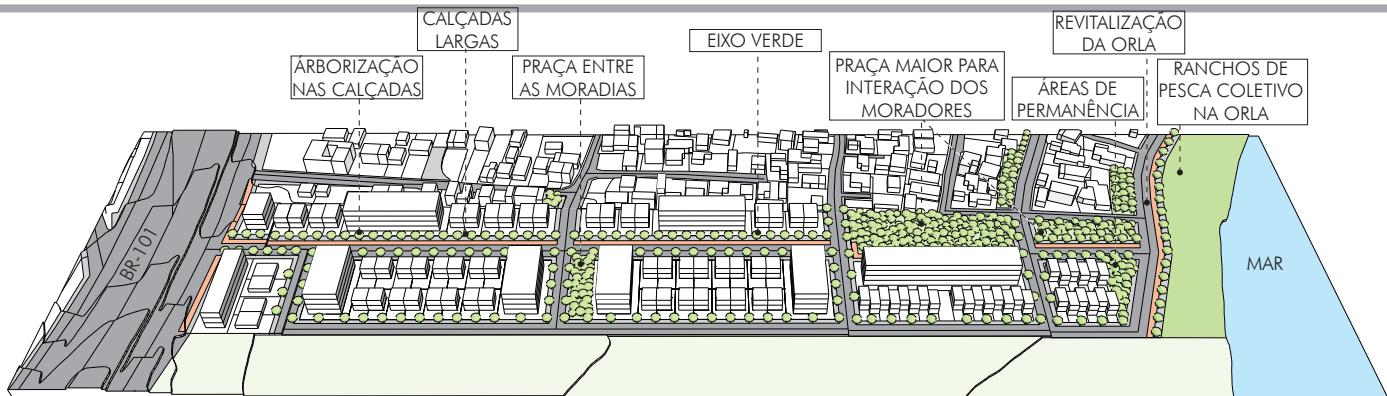


Figura 5.9: Áreas verdes.



Figura 5.10: Disposição das tipologias.

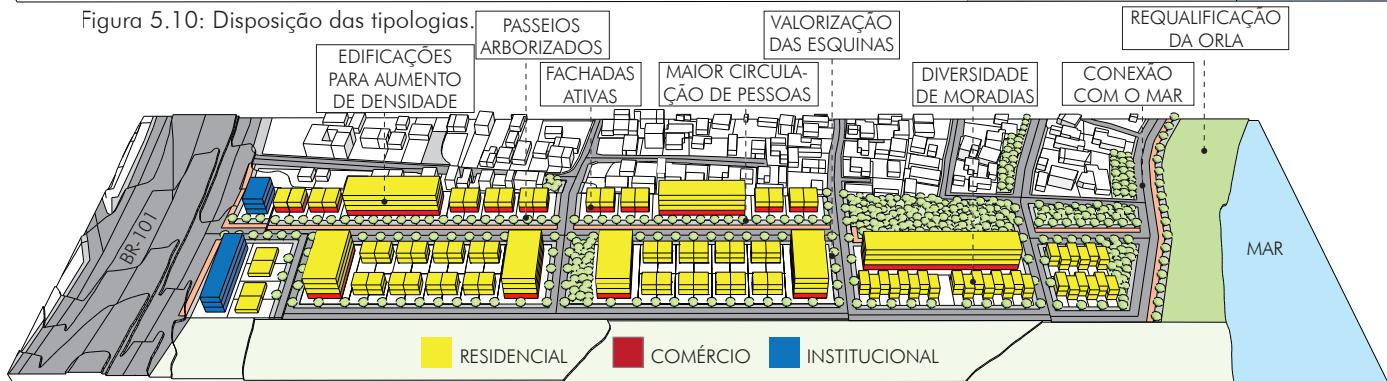


Figura 5.11: Usos e ocupação.

BR-101

LEGENDA

- 1- Sobrado geminado em fileira
- 2- Sobrado geminado
- 3- Casa geminada acessível
- 4- Uso misto geminado
- 5- Edificação mista, 6ap. por andar
- 6- Edificação mista, 8ap. por andar
- 7- Centro de qualificação
- 8- Escola/creche aberta
- 9- Praça



Figura 5.12: Implantação.



Figura 5.13: Corte A.
Escala: 1:1500

Uso Misto

Acesso a escola/
creche aberta

Eixo
comercial

76

08

07

06

05

04

03



ORLA

MAR

ESC: 1:1500



02
Praça

Praça

01
Ciclovía

Orla

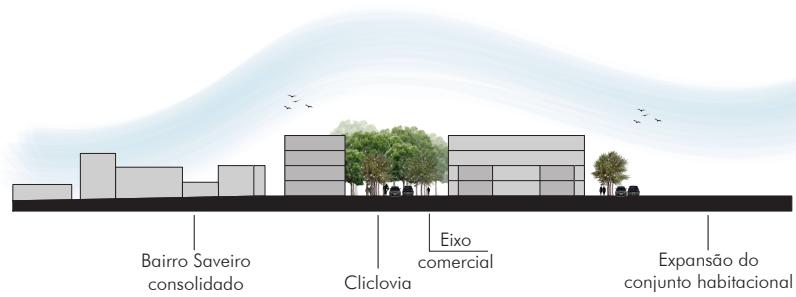


Figura 5.14: Corte B.
Escala: 1:1500



Figura 5.15: Perspectiva do eixo comercial.

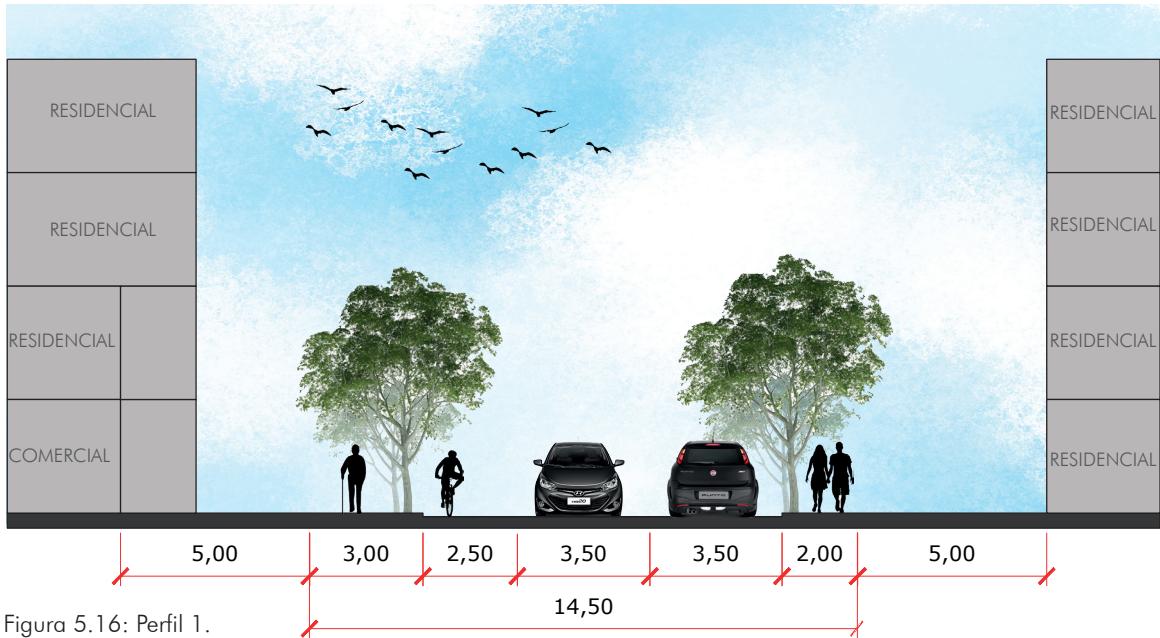
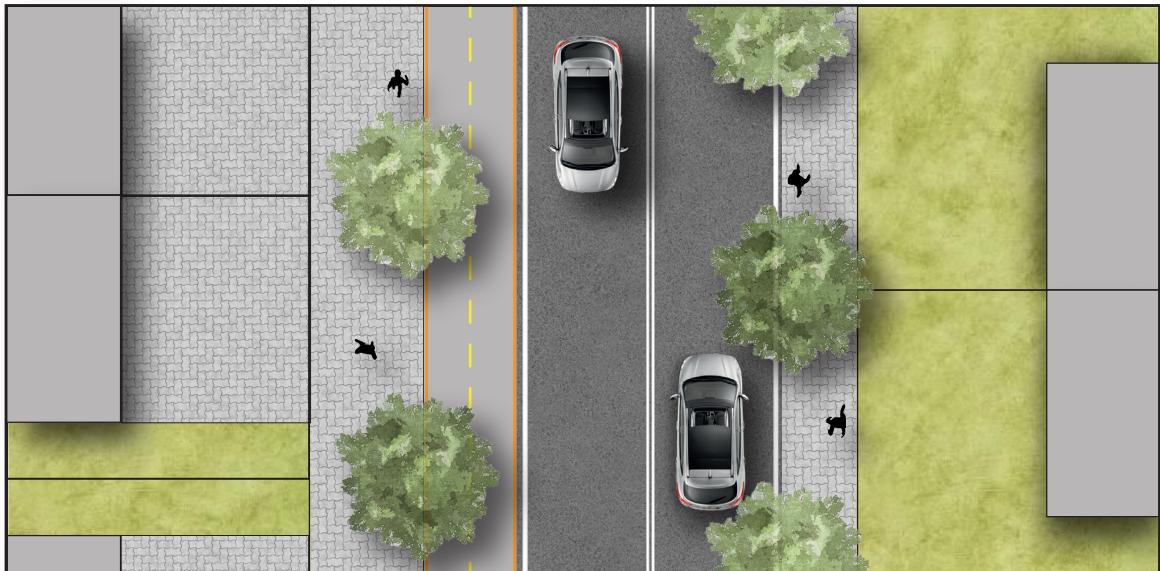


Figura 5.16: Perfil 1.
Escala: 1:200



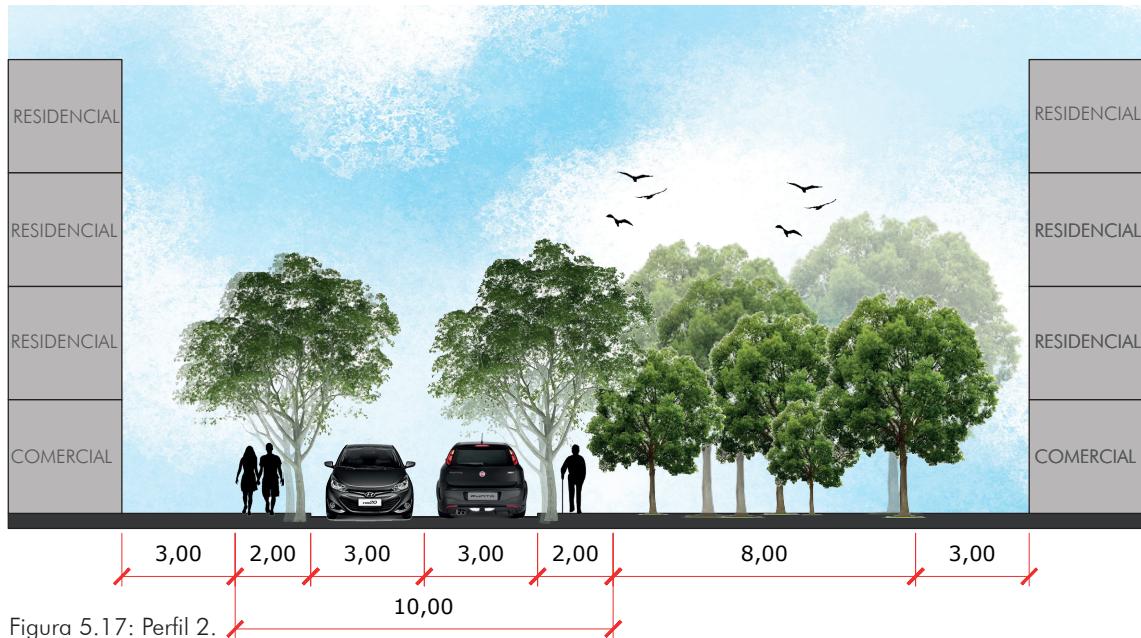


Figura 5.17: Perfil 2.
Escala: 1:200



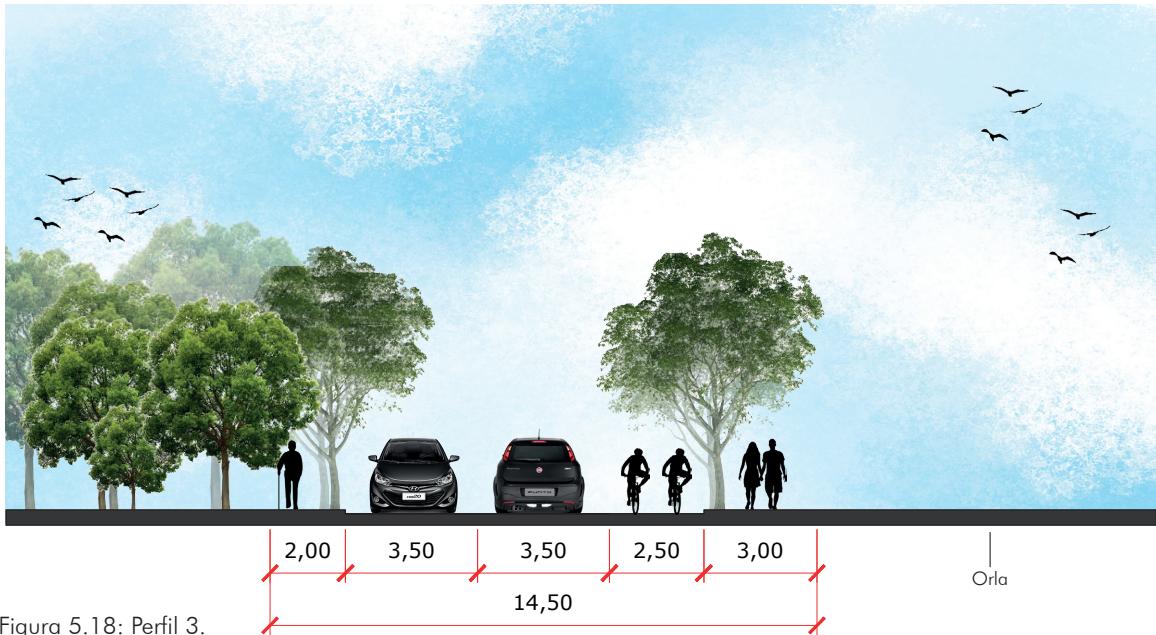
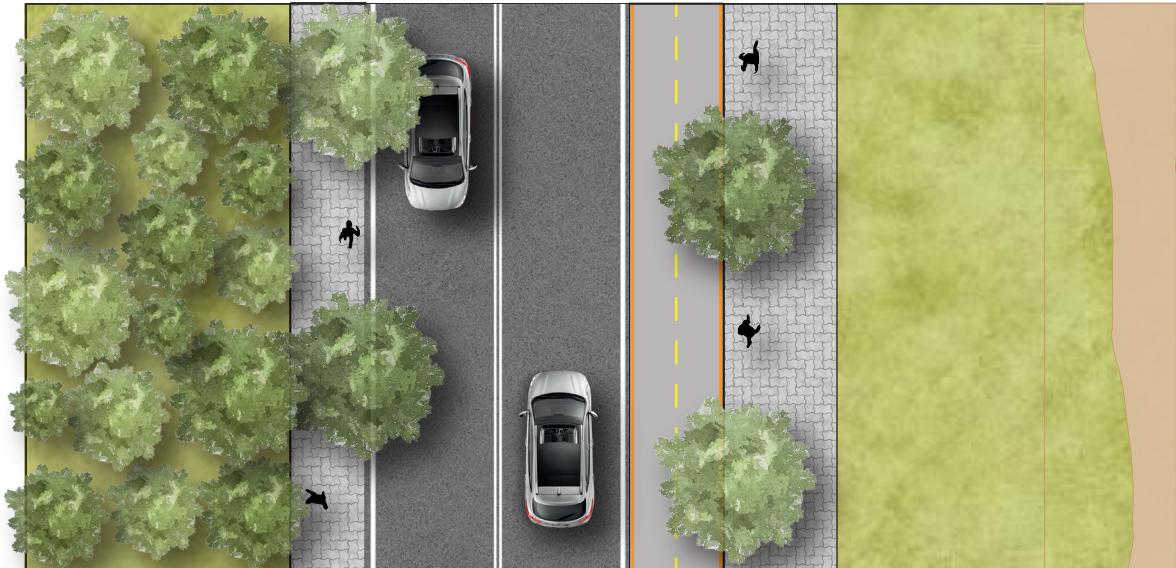


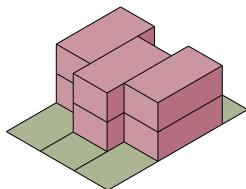
Figura 5.18: Perfil 3.
Escala: 1:200



AS TIPOLOGIAS

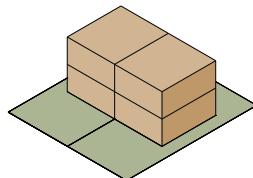


Figura 5.19: Disposição das tipologias.



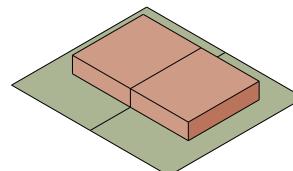
TIPOLOGIA 1
SOBRADO GEMINADO EM FILEIRA

Tipo: unifamiliar
Dimensão do lote: 4m x 16,5m
Área do lote: 66m²
Número de pavimentos: 2
Número de pessoas por lote: 4
Número de lotes: 28
População estimada: 112



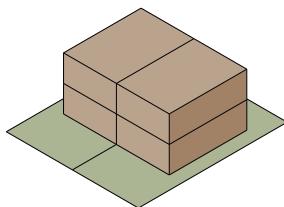
TIPOLOGIA 2
SOBRADO GEMINADO

Tipo: unifamiliar
Dimensão do lote: 7,6m x 16,8m
Área do lote: 125,4m²
Número de pavimentos: 2
Número de pessoas por lote: 6
Número de lotes: 32
População estimada: 192



TIPOLOGIA 3
CASA GEMINADO ACESSÍVEL

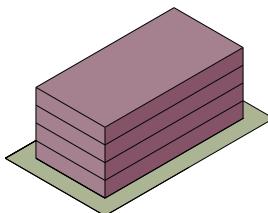
Tipo: unifamiliar
Dimensão do lote: 9,45m x 16,8m
Área do lote: 158,76m²
Número de pavimentos: 1
Número de pessoas por lote: 4
Número de lotes: 4
População estimada: 16



TIPOLOGIA 4

USO MISTO GEMINADO

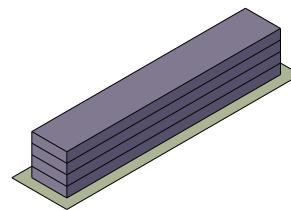
Tipo: unifamiliar
Dimensão do lote: 7,5m x 16,88m
Área do lote: 126,6m² (tam. difer.)
Número de pavimentos: 2
Número de pessoas por lote: 4
Número de lotes: 18
População estimada: 72



TIPOLOGIA 5

EDIFICAÇÃO MISTA, 6AP. POR ANDAR

Tipo: multifamilia
Dimensão do lote: 19,5m x 33m
Área do lote: 643,5m² (tam. difer.)
Número de pavimentos: 4
Número de pessoas por lote: 72
Número de lotes: 6
População estimada: 432



TIPOLOGIA 6

EDIFICAÇÃO MISTA, 8 AP. POR ANDAR

Tipo: multifamiliar
Dimensão do lote: 16,5m x 70,1m
Área do lote: 1.156,65m²
Número de pavimentos: 4
Número de pessoas por lote: 96
Número de lotes: 1
População estimada: 96

OS MORADORES EM NÚMEROS

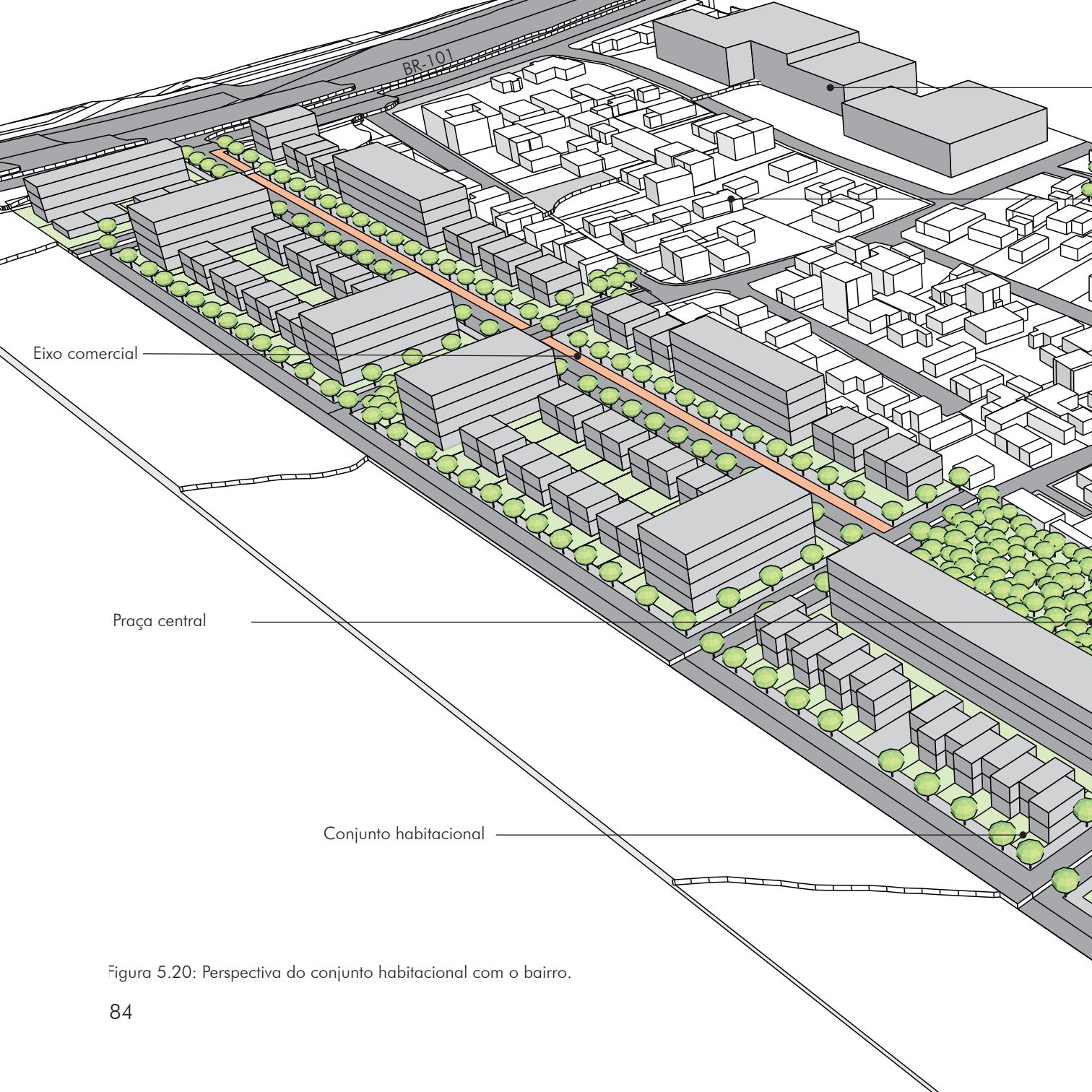


715 MORADORES REALOCADOS
143 RESIDÊNCIAS REMOVIDAS POR SITUAÇÃO IRREGULAR
132 HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR
82 HABITAÇÃO UNIFAMILIARES
214 NOVAS HABITAÇÕES

DENSIDADE



COMUNIDADE ATUAL
BRUTA: 132 hab./ha
LÍQUIDA: 101 hab./ha
CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM SAVEIRO
BRUTA: 311 hab./ha
LÍQUIDA: 646 hab./ha



Eixo comercial

Praça central

Conjunto habitacional

Figura 5.20: Perspectiva do conjunto habitacional com o bairro.

Escola/Creche aberta

Bairro consolidado

Orla







CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 6.1: implantação do conjunto habitacional com o bairro.

6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todas as análises do diagnóstico foi possível verificar o quão fragilizado o bairro é pela falta de planejamento desde o seu início. A precariedade de conexões das quadras com o tecido viário, a falta de áreas verdes de lazer, o crescimento desordenado que acaba gerando áreas de assentamento informal, principalmente próximo a orla.

Sendo assim, o presente trabalho apresenta propostas que visam amenizar esses problemas, criando um conjunto habitacional com variadas tipologias para abrigar os moradores desapropriados e possíveis novos moradores, garantindo novos equipamentos públicos e áreas verdes de lazer.

O desenvolvimento do projeto terá continuidade no Trabalho de Conclusão de Curso II, onde será detalhado algumas tipologias habitacionais.

6.2 REFERÊNCIAS

CODHAB. **Vencedores**. Disponível em: <<http://www.codhab.df.gov.br/concursos/habitacoes-interesse-social/resultado>>. Acesso em: 27 ago. de 2019.

CONCURSOSDEPROJETO.ORG. **Concurso Habitação para Todos – Sobrados – 2º lugar**. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2010/10/17/concurso-habitacao-para-todos-sobrados-02/>>. Acesso em: 27 ago. de 2019.

IBGE. **Biguaçu**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/biguaçu/panorama>>. Acesso em: 01 de out. de 2019.

MARICATO, Ermínia; **Urbanização Brasileira - Redescobertas: Conhecer para resolver a cidade ilegal**. 1. ed. Brasil: C/ ARTE, 2003. p. 78-92.

PEREIRA, Matheus Julio. **Estudo geográfico de Biguaçu (SC): Diagnóstico socioambiental do bairro Saveiro**. 2017. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Faed, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

RUBIN, Graziela Rossatto; BOLFE, Sandra Ana. **O DESENVOLVIMENTO DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL**. Ciência e Natura, [s.l.], v. 36, n. 2, p.202-213, 14 maio 2014. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2179460x11637>.

SINTRACOM. **Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: http://www.sintracom.com/arquivos_internos/index.php?abrir=informativos&acao=conteudo&id=60. Acesso em: 30 set. 2019.

SOLUÇÕES PARA CIDADES. **Conjunto habitacional Box House**. Disponível em: <[\[dades.com.br/habitacao/conjunto-habitacional-box-house/\]\(http://solucoesparaci-dades.com.br/habitacao/conjunto-habitacional-box-house/\)>. Acesso em: 27 ago. de 2019.](http://solucoesparaci-</p></div><div data-bbox=)

SOUZA, Édna Regina de. **Favelas Prado e Saveiro: Um retrato da segregação espacial em Biguaçu**. 1997. 104 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/108741>>. Acesso em: 01 out. de 2019.

TESTA, Grazieli. **Análise de suscetibilidade a inundação no perímetro urbano do município de Biguaçu**. 2006. 113 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Cce, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

6.3 LISTA DE FIGURAS

Figura 0.1: Bairro Jardim Saveiro. Acervo pessoal.

Figura 1.1: Relação do bairro Saveiro com o mar. Acervo pessoal.

Figura 1.2: Mapa do Brasil. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/.html?>>. Acesso em: 23 de ago. de 2019. Adaptado pela autora.

Figura 1.3: Mapa de Santa Catarina. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/biguacu.html>>. Acesso em: 23 de ago. de 2019. Adaptado pela autora.

Figura 1.4: Mapa da Grande Florianópolis. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/custo-elevado-nao-ameaca-sdr-de-florianopolis/>>. Acesso em: 2 de out. de 2019. Adaptado pela autora.

Figura 1.5: Área de intervenção, município de Biguaçu, bairro Saveiro. Yahoo Maps. Adaptado pela autora.

Figura 2.1: Primeira favela do Brasil, Morro da Providência. Disponível em: <<https://www.perrotin.com/cn/exhibitions/jr-women-are-heroes/919>>. Acesso em: 1 de out. de 2019.

Figura 2.2: Vila operária Maria Zélia em 1917. Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/vila-mariazelia/>>. Acesso em: 05 de out. de 2019

Figura 2.3: Vila operária da Gamboa, 1933. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra35657/vila-operaria-da-gamboa-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 30 de set. de 2019.

Figura 2.4: Edifício Japurá. Disponível em: <ht-

[tps://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.031/724](https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.031/724)>. Acesso em: 30 de set. de 2019.

Figura 2.5: Edifício Pedregulho. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy/nabil-bonduki_4-copia/>. Acesso em: 30 de set. de 2019.

Figura 2.6: Conjunto habitacional Zezinho Magalhães. Disponível em: <<https://www.clickguarulhos.com.br/adutora-cecap-lavras-da-sabesp-vai-levar-agua-para-87-mil-pessoas/>>. Acesso em: 30 de set. de 2019.

Figura 2.7: Conjunto Residencial “redondinhos”, em Heliópolis, São Paulo. Disponível em: <<https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetura/arquitetura-social/>>. Acesso em: 30 de set. de 2019.

Figura 2.8: Barragem Santa Lúcia antes da Urbanização, Belo Horizonte – MG. Fonte: Maricato, 2003.

Figura 2.9: Barragem Santa Lúcia depois da Urbanização, Belo Horizonte – MG. Disponível em: <<https://mapio.net/pic/p-121450564/>>. Acesso em: 1 de out. de 2019.

Figura 3.1: Habitação social sobreposta. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/878022/resultado-do-concurso-codhab-df-de-projetos-de-arquitetura-para-habitacao-de-interesse-social>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.2: Fachada Box House. Disponível em: <<https://yurivital.com.br/box>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.3: Conjunto Box House. Disponível em: <<http://www.blogdobraulio.com/2011/01/yuri-vital-box-house.html>>. Acesso em: 3 de out. de 2019.

Figura 3.4: Planta garagem. Disponível em: <<http://solucoeparacidades.com.br/habitacao/conjunto-habitacional-box-house/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.5: Pavimento térreo. Disponível em: <<http://solucoeparacidades.com.br/habitacao/conjunto-habitacional-box-house/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.6: Pavimento superior. Disponível em: <<http://solucoeparacidades.com.br/habitacao/conjunto-habitacional-box-house/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.7: Habitação sobreposta. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/878022/resultado-do-concurso-codhab-df-de-projetos-de-arquitetura-para-habitacao-de-interesse-social>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.8: Pavimento térreo. Disponível em: <http://www.codhab.df.gov.br/uploads/concourse/candidate/files/8ef8dce5c08dd2e449b41a8756d434fc.pdf?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.9: Pavimento superior com ampliação. Disponível em: <http://www.codhab.df.gov.br/uploads/concourse/candidate/files/8ef8dce5c08dd2e449b41a8756d434fc.pdf?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.10: Habitação de dois dormitórios. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2010/10/17/concurso-habitacao-para-todos-sobrados-02/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.11: habitação Vila com ampliações. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2010/10/17/concurso-habitacao-para-todos-sobrados-02/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.12: Plantas da habitação de dois dormitórios. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2010/10/17/concurso-habitacao-para-todos-sobrados-02/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.13: Planta da habitação com ampliações. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2010/10/17/concurso-habitacao-para-todos-sobrados-02/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.14: Box House. Disponível em: <<https://yurivital.com.br/box>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.15: Concurso projeto de arq. para HIS. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/878022/resultado-do-concurso-codhab-df-de-projetos-de-arquitetura-para-habitacao-de-interesse-social>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 3.16: Concurso habitação para todos - sobrado. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2010/10/17/concurso-habitacao-para-todos-sobrados-02/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

Figura 4.1: Área de análise. Acervo pessoal.

Figura 4.2: Mapa do Brasil. Disponível em: <<https://>>

www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/.html?>. Acesso em: 23 de ago. de 2019. Adaptado pela autora.

Figura 4.3: Mapa de Santa Catarina. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/biguacu.html>>. Acesso em: 23 de ago. de 2019. Adaptado pela autora.

Figura 4.4: Mapa da Grande Florianópolis. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/custo-elevado-nao-ameaca-sdr-de-florianopolis/>>. Acesso em: 2 de out. de 2019. Adaptado pela autora.

Figura 4.5: Fotografia aérea de 1957, município de Biguaçu. Fonte: Testa, 2006.

Figura 4.6: Fotografia aérea de 1978, município de Biguaçu. Fonte: Testa, 2006.

Figura 4.7: Fotografia aérea de 2018, município de Biguaçu. Yahoo Maps. Adaptado pela autora.

Figura 4.8: Fotografia aérea de 2019, município de Biguaçu. Acervo pessoal.

Figura 4.9: Bairro Saveiro e área de intervenção. Yahoo Maps. Adaptado pela autora.

Figura 4.10: Fotografia aérea de 2005, bairro Saveiro e seu entorno. Prefeitura de Biguaçu, 2019.

Figura 4.11: Gráfico de rendimento dos entrevistados. Fonte: Pereira, 2017.

Figura 4.12: Gráfico de profissões dos entrevistados. Fonte: Pereira, 2017.

Figura 4.13: Mapa de zoneamento urbano. Adaptado

pela autora de acordo com o plano diretor de Biguaçu.

Figura 4.14: Mapa de morfologia urbana. Elaborado pela autora.

Figura 4.15: Mapa de cheios e vazios. Elaborado pela autora.

Figura 4.16: Mapa de sistema viário. Elaborado pela autora.

Figura 4.17: Mapa de uso e ocupação do solo. Elaborado pela autora.

Figura 4.18: Mapa de aspectos ambientais. Elaborado pela autora.

Figura 4.19: Centro Educacional Conhecimento. Acervo pessoal.

Figura 4.20: Unidade básica de saúde. Acervo pessoal.

Figura 4.23: Escola Estadual Profª Eloísa Mª Prazeres. Acervo pessoal.

Figura 4.22: Lagoa do Hamilton. Acervo pessoal.

Figura 4.21: Rio Caveiras. Acervo pessoal.

Figura 4.24: Relação da BR-101 com o terreno. Acervo pessoal.

Figura 4.25: Foz do Rio Caveiras. Acervo pessoal.

Figura 4.26: Relação do bairro Saveiro com o mar. Acervo pessoal.

Figura 4.27: Mapa síntese legislativa. Yahoo Maps. Adaptado pela autora.

Figura 4.28: Relação do terreno com a comunidade.

Figura 4.29: Mapa síntese do diagnóstico. Elaborado pela autora.

Figura 5.1: Terreno de intervenção. Elaborado pela autora.

Figura 5.2: Mapa de desapropriações. Elaborado pela autora.

Figura 5.3: Bairro Saveiro. Elaborado pela autora.

Figura 5.4: Mapa geral de intenções. Elaborado pela autora.

Figura 5.5: Mapa geral das diretrizes. Elaborado pela autora.

Figura 5.6: Fluxos de pedestres. Elaborado pela autora.

Figura 5.7: Fluxos de ciclistas. Elaborado pela autora.

Figura 5.8: Fluxos de automóveis. Elaborado pela autora.

Figura 5.9: Áreas verdes. Elaborado pela autora.

Figura 5.10: Disposição das tipologias. Elaborado pela autora.

Figura 5.11: Usos e ocupação. Elaborado pela autora.

Figura 5.12: Implantação. Elaborado pela autora.

Figura 5.13: Corte A. Elaborado pela autora.

Figura 5.14: Corte B. Elaborado pela autora.

Figura 5.15: Perspectiva do eixo comercial. Elaborado pela autora.

Figura 5.16: Perfil 1. Elaborado pela autora. Elaborado pela autora.

Figura 5.17: Perfil 2. Elaborado pela autora.

Figura 5.18: Perfil 3. Elaborado pela autora.

Figura 5.19: Disposição das tipologias. Elaborado pela autora.

Figura 5.20: Perspectiva do conjunto habitacional com o bairro. Elaborado pela autora.

Figura 6.1: Implantação do conjunto habitacional com o bairro. Elaborado pela autora.

MARIA CECÍLIA SCHMITZ
2019